

BNB Conjuntura Econômica

Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste - Etene

42

Abril - jun / 2015

ISSN 18078834

BNB Conjuntura
Econômica
Periódico elaborado pelo Escritório Técnico
de Estudos Econômicos do Nordeste - ETENE

Número 42

**Periódico elaborado pelo
Escritório Técnico de Estudos
Econômicos do Nordeste/Etene,
do Banco do Nordeste do Brasil/BNB**

**Fortaleza
Banco do Nordeste do Brasil
2015**

Obra publicada pelo



PRESIDENTE

Marcos Costa Holanda

DIRETORES

Francisco das Chagas Soares

Isaías Matos Dantas

Luiz Carlos Everton de Farias

Manoel Lucena dos Santos

Romildo Carneiro Rolim

Wanger Antônio de Alencar Rocha

Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste – ETENE

Francisco José Araújo Bezerra

Superintendente

Ambiente de Estudos, Pesquisa e Avaliação

Tibério Rômulo Romão Bernardo

Gerente de Ambiente

Luciano J. F. Ximenes

Gerente Executivo E. E. – Célula de Estudos e Pesquisas

Leonardo Dias Lima - Gerente Executivo E.E. – *Central de Informações Econômicas, Sociais e Tecnológicas*

Corpo Editorial

Editor-Chefe

Francisco José Araújo Bezerra

Editor-Executivo

Allisson David de Oliveira Martins

Editor-Científico

Airton Saboya Valente Júnior

Secretário

Wellington Santos Damasceno

Equipe Técnica

Produto Interno Bruto

Jacqueline Nogueira Cambota

Produção Agropecuária

Jackson Dantas Coêlho

Produção Industrial

Hellen Cristina Rodrigues Saraiva Leão

Desempenho do Comércio

Wellington Santos Damasceno

Desempenho do Setor de Serviços

Leonardo Dias Lima

Emprego e Rendimento

Fernando Luiz Emerenciano Viana

Cenário Internacional

Airton Saboya Valente Júnior

Comércio Exterior

Laura Lúcia Ramos Freire

Finanças Públicas

Antônio Ricardo de Norões Vidal

Sistema Financeiro e Índice de Preços

Allisson David de Oliveira Martins

Estagiárias

Francisca Crisia Diniz Alves

Thamiris Ferreira Pinto Paiva

Informações Estatísticas

Hamilton Reis de Oliveira

Leonardo Dias Lima

Revisão

Hermano José Pinho

Diagramação

Gustavo Bezerra Carvalho

Jornalista Responsável

Maurício Lima - CE01165JP

**Banco do Nordeste do Brasil S/A
Escritório Técnico de Estudos Econômicos
do Nordeste - ETENE**

Av. Dr. Silas Munguba, 5.700 - Bloco A2 - Térreo - Passaré -
60743-902 - Fortaleza (CE) - BRASIL

Telefone: (85) 3299.3033

Cliente Consulta: 0800 728 3030

Os conceitos e opiniões emitidos nesse documento não refletem necessariamente o ponto de vista do BNB.

É permitida a reprodução das matérias desde que seja citada a fonte.

Depósito Legal junto à Biblioteca Nacional, conforme lei nº. 10.994, de 14 de dezembro de 2004

BNB Conjuntura Econômica. - N. 42 (abril - junho. 2015). – Fortaleza:

Banco do Nordeste do Brasil, 2015 -

52 p.

Trimestral.

ISSN 18078834

1. Economia – Brasil – Nordeste – Periódico. I. Banco do Nordeste do Brasil.

CDU 33(812/814) (11)

SUMÁRIO

1 AVALIAÇÃO E PERSPECTIVAS	5
AS MAIORES EMPRESAS NORDESTINAS DO AGRONEGÓCIO: ANÁLISE A PARTIR DO RANKING MELHORES E MAIORES 2013 DA REVISTA EXAME	5
A INSERÇÃO DO NORDESTE NO PROGRAMA DE INVESTIMENTO EM LOGÍSTICA 2015	9
PANORAMA DO SETOR TURÍSTICO NO NORDESTE DO BRASIL- 2014	17
EVOLUÇÃO DA CESTA BÁSICA REGIONAL – 1º SEMESTRE DE 2015	27
2 NÍVEL DE ATIVIDADE	29
2.1 PRODUTO INTERNO BRUTO	29
2.2 PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA	31
2.3 PRODUÇÃO INDUSTRIAL	34
2.4 COMÉRCIO E SERVIÇOS	35
2.4.1 COMÉRCIO	35
2.4.2 SERVIÇOS	37
3 EMPREGO E RENDIMENTO	39
MERCADO DE TRABALHO	39
4 SETOR EXTERNO	41
4.1 CENÁRIO INTERNACIONAL	41
4.2 COMÉRCIO EXTERIOR	42
5 FINANÇAS PÚBLICAS	45
6 SISTEMA FINANCEIRO	47
7 ÍNDICE DE PREÇOS	49
ANEXO A - PRINCIPAIS INDICADORES ECONÔMICOS: NORDESTE E BRASIL - 2015	50
ANEXO B - VALORES ABSOLUTOS	51
ANEXO C - VALORES DOS PRINCIPAIS INDICADORES	52

1 - AVALIAÇÃO E PERSPECTIVAS

AS MAIORES EMPRESAS NORDESTINAS DO AGRONEGÓCIO: ANÁLISE A PARTIR DO RANKING MELHORES E MAIORES 2013 DA REVISTA EXAME

Thamiris Ferreira Pinto Paiva

Graduanda em Agronomia. Bolsista de Nível Superior - ETENE/Banco do Nordeste

Airton Saboya Valente Júnior

Economista. Doutorando em Desenvolvimento Local e Territorial.

Pesquisador do ETENE/BNB. asvj@bnb.gov.br

Maria Odete Alves

Enga. Agrônoma. Doutora em Desenvolvimento Sustentável.

Pesquisadora do ETENE/BNB. moalves@bnb.gov.br

1 Introdução

O agronegócio responde por aproximadamente 20% do PIB nacional, ou seja, R\$ 1 trilhão e gera mais de US\$ 100 bilhões com vendas externas ou 40% das exportações totais brasileiras. Além disso, entre 25 a 30 milhões de pessoas trabalham com o agronegócio direta e indiretamente, significando algo em torno de 30% do pessoal ocupado do País (BRASIL, 2013).

A competitividade do agronegócio brasileiro tem sido impulsionada tanto pela oferta de recursos naturais quanto pelo apoio dos instrumentos de política agrícola. Assim é que dentre os fatores que têm levado o Brasil a ocupar posição internacional destacada, inclusive como um dos principais fornecedores de alimentos e matérias-primas para o mundo (aves, carnes, leite, biocombustíveis, cereais, frutas, hortaliças, leguminosas e pastagens, dentre outros), cabe mencionar a disponibilidade de área, a insolação e as chuvas regulares na maioria de suas Grandes Regiões,

A política agrícola, seja como crédito de custeio, investimento e comercialização, associada à defesa sanitária animal e vegetal, igualmente fornece sustentação para o desenvolvimento de diversas cadeias produtivas. Outro fator impulsionador de competitividade tem sido o sistema brasileiro de inovação, que permite a utilização de tecnologias que aproveitam racionalmente o solo, reduzem o uso de agroquímicos e diminuem parcela importante dos gases de efeito estufa que causam aquecimento global. Finalmente, o País conta com agricultores e pecuaristas com elevado nível de profissionalismo engajados na produção (BRASIL, 2013).

Considerando a importância do agronegócio brasileiro, o presente estudo identifica e analisa as maiores empresas desse setor no Brasil e de forma específica aquelas localizadas na região Nordeste do País. Referidas firmas foram classificadas com base em metodologia estabelecida pela Revista Exame-Melhores e

Maiores.

A análise das grandes empresas de um país ou região tem diversas utilidades, dentre as quais a de municiar os formuladores de políticas públicas, pesquisadores e empresários com um sistema de informações sobre o setor produtivo. Com tais conhecimentos, será possível identificar as empresas que atuam nos diferentes setores, bem como evidenciar as oportunidades e gargalos em termos de estruturação das cadeias produtivas do segmento ou setor em questão.

O artigo é composto de três seções, além desta introdução. Na seção dois apresentam-se as considerações teórico-metodológicas do estudo. A seção três descreve e analisa as principais empresas do agronegócio do Nordeste brasileiro, e encerra-se com as considerações finais.

2 Considerações teórico-metodológicas

A metodologia utilizada no presente estudo combinou as análises descritiva e explicativa, além da técnica da análise documental para coletar as informações e dados. A principal fonte de informação foi uma base de dados construída pela edição especial da Revista Exame - Melhores e Maiores referente a 2013. Utilizaram-se, também dados de outras fontes secundárias.

A análise da Revista Exame envolveu empresas de 18 setores dos ramos da indústria, comércio e de serviços. Especificamente em relação ao agronegócio, analisaram empresas de 12 setores: açúcar e álcool; adubos e defensivos; algodão e grãos; aves e suínos; café; carne bovina; leite e derivados; madeira e celulose; máquinas, equipamentos e ferramentas; óleos, farinhas e conservantes; revenda de máquinas e insumos; e têxtil.

A Revista utiliza uma metodologia específica para selecionar os 400 maiores empreendimentos de

agronegócios do País e, regionalmente, 50 empresas de cada uma das regiões, ou seja, Norte/Nordeste/Centro Oeste, Sudeste e Sul (EXAME, 2014).

Os critérios adotados pela publicação para considerar empreendimentos pertencentes ao setor do agronegócio incluem empresas que fornecem insumos ou prestam serviços a produtores agropecuários; as indústrias que compram matéria-prima agropecuária para processamento; e as indústrias que participam da primeira etapa do processo de transformação. Excluíram-se as companhias que entram nas etapas finais da produção.

Para se estabelecer a classificação, as empresas foram submetidas ao critério de “Excelência Empresarial”, que representa um indicador criado por Exame Melhores e Maiores. O indicador é obtido pela soma de pontos ponderados conseguidos pelas empresas em cada uma das cinco variáveis de desempenho a seguir especificados: crescimento das vendas (peso 15); liderança de mercado (peso 15); liquidez corrente (peso 20); liquidez geral (peso 20); rentabilidade do patrimônio (peso 25); e riqueza gerada por empregado (peso 15). A pontuação das variáveis pode situar-se de 1 (último colocado) a 10 (primeiro colocado).

3 As Maiores empresas do agronegócio nordestino em 2013

Assim como no ranking nacional, há uma concentração de receita em poucas empresas dentre as 27 maiores nordestinas incluídas na classificação da Revista Exame, conforme se observa na Tabela 1. As 10 maiores foram responsáveis, em 2013, por uma receita de US\$ 7.572,4 milhões, aproximadamente 79,5%

do total das empresas nordestinas participantes do ranking. Além disso, essas 10 empresas fazem parte do grupo de 150 firmas que geram as maiores receitas de vendas do agronegócio do País. Vale ressaltar que estas 10 empresas geram, em conjunto, mais de 58 mil empregos diretos.

O estudo comprova a importância do setor de madeira e celulose na geração de receitas para o Nordeste. Dentre as 10 maiores empresas nordestinas, a Suzano apresentou um volume de vendas da ordem de US\$ 2.440,6 milhões, superando a segunda colocada em 162,51% (Tabela 1). A empresa foi a 16ª maior do País no ranking geral nacional e a primeira no ranking do Nordeste. No setor de madeira e celulose, a Suzano é a maior do País.

O segmento sucroalcooleiro merece destaque, tendo em vista que o Brasil lidera a produção mundial da cana, bem como a fabricação e a comercialização do açúcar e do etanol. Um dos fatores para que isso ocorra é a tradição do setor do açúcar e álcool como uma das atividades agroindustriais mais estruturadas do agronegócio brasileiro. A Usina Coruripe, situada no estado de Alagoas é a grande representante do segmento no Nordeste, classificando-se em terceiro lugar no ranking da Exame.

Pode-se afirmar, inicialmente, que as 27 maiores empresas nordestinas no ano de 2013 enquadram-se em 10 setores de atividade, destacando-se os de madeira e celulose e o de óleos, farinhas e conservas.

Em termos de vendas, esses 10 setores, juntos, acumulam 58% de todas as empresas destacadas. Vale ressaltar, também, que enquanto esses setores detêm valores de venda superiores a US\$ 2,2 bilhões, os demais (tais como couro e fruticultura) detêm importâncias abaixo de US\$ 1 bilhão. Assim, a elevação da

Tabela 1 – Distribuição das maiores empresas nordestinas em vendas por setor – 2013

Setor	Empresas (Quantidade)	Somatório das vendas (US\$ Milhões)	Empregados (quantidade)	Empresa Líder
Madeira e celulose	3	3.251,5	7.031	Suzano, Veracel e Bahia Speciality Cellulose
Óleos, farinha e conservas	3	2.285,0	16.173	M. Dias Branco, J. Macêdo e Moinho Cearense
Têxtil	4	987,4	22.881	Vicunha, Guararapes, Brastex e Norfil
Açúcar e álcool	5	930,5	16.883	Usina Coruripe, Usina São José, Usina Olho D'Água, Agrovale e Usina Trapiche
Azubos e defensivos	5	737,8	361	Nufarm, Fertipar Bahia, Fertine, Fertipar Maranhão e Cibrafertil
Café	2	590,8	1.621	Três Corações e Café São Braz
Fruticultura	2	334,1	1.779	Ebba - Maguary / Dafruta e Sococo
Leite e derivado	1	150,3	1.047	Leite Betania
Aves e suínos	1	134,0	NI	Granjas Cialne
Couro	1	123,1	NI	Mastrotto Brasil
Total	27	9.525	67.776	-

Fonte: Elaboração BNB/ETENE a partir dos Dados de Exame (2013).

média setorial em vendas se deve à contribuição das grandes empresas-chave.

Outra possibilidade de análise oferecida pelo Ranking da Exame, é em relação à obtenção de dados sobre a geração de emprego e renda, a partir do número de empregados nos diversos setores e empresas. Excluindo-se os setores de aves e suínos e de couro, por inexistência de informações, destacam-se os de açúcar e álcool, madeira e celulose e têxtil, como os que apresentam valores superiores a 2.300 na relação quantidade de empregados/empresa. Enfatiza-se o setor têxtil, que mantém mais de 22 mil empregos distribuídos em quatro empreendimentos. Esta constatação atesta a importância da indústria têxtil como geradora de postos de trabalho para a Região.

Tendo em vista que a indústria de confecções se apresenta como sequência natural da produção têxtil, a tendência é que se multipliquem os empregos gerados pela atividade de maneira direta ou indireta na Região. Este fato realça ainda mais a importância do setor têxtil para o desenvolvimento regional.

O setor de café, com a participação de duas empresas, gera 1.621 empregos diretos, sendo a liderança mantida pelo grupo Três Corações. Com sede no Ceará, essa empresa se destaca no cenário nacional como a segunda maior em vendas líquidas, no segmento de café. Com uma marca já consolidada no mercado, a abrangência da atuação da empresa é nacional, ofertando café, chocolates e refrescos, dentre outros produtos.

Considerando-se a quantidade de empresas participantes do Ranking, destacam-se os setores de açúcar e álcool e de adubos e defensivos, com cinco unidades cada. Outro destaque quanto à quantidade de empresas é observado no setor têxtil, com quatro unidades selecionadas na pesquisa da Exame, reforçando sua importância regional.

No setor de adubos e defensivos se observa a existência de um segmento oligopolizado na Região, pois três das cinco empresas selecionadas participam de um mesmo grupo denominado Fertipar. Ainda, percebe-se a larga influência da líder Nufarm, em função da elevada eficiência e grande área de atuação no âmbito nacional e internacional.

Em três dos dez setores analisados (aves e suínos, couro e leite e derivados) apenas uma empresa se destaca na liderança do cenário regional. Isso mostra que essas empresas estão intensificando a especialização, aprimorando a eficiência e tornando-se dominantes no mercado, tanto em âmbito estadual quanto regional.

3 Considerações finais

A disponibilização de um sistema de informações eficiente sobre o setor produtivo de um país ou

região se reveste de importância ímpar, na medida em que pode subsidiar a elaboração de políticas públicas, a realização de pesquisas e a tomada de decisão por parte de empreendedores. Com tais conhecimentos, é possível identificar quais empresas atuam nos diversos setores, bem como evidenciar as oportunidades e gargalos em termos de estruturação das cadeias produtivas, especialmente aquelas do agronegócio.

A análise aqui apresentada mostra o Nordeste brasileiro com baixa representatividade no âmbito nacional. Apesar disso, a Região ocupa posição de destaque na comparação com as regiões Norte e Centro-Oeste. Das 50 maiores empresas do agronegócio localizadas nessas regiões, conforme agregação realizada pela Exame, 27 têm sede no Nordeste. Por outro lado, a classificação contempla apenas 27 empresas nordestinas na listagem das 400 maiores do País; as vendas das empresas da Região representam apenas 4,16% do total de vendas de todas as firmas listadas.

Quanto ao setor agropecuário nordestino, verifica-se a importância para o PIB nacional, contudo percebe-se que esse aumento tem maior força em regiões como o Sudeste e o Centro-Oeste brasileiros. O Nordeste contribui ainda com parcela modesta nesse segmento. Outro agravante é que os espaços comerciais da Região são hoje disputados por grandes marcas nacionais e internacionais que, muitas vezes, são mais competitivas que as grandes empresas locais, monopolizando o setor agropecuário.

Cabe ressaltar que o reduzido número de grandes empresas sediadas no Nordeste não reflete fielmente a dinâmica empresarial na Região. No entanto, devido às diversidades econômicas inter-regionais, o trabalho realizado pela Revista Exame permite destacar casos de sucesso de empreendedores locais e de políticas planejadas de desenvolvimento regional e industrial. Relevante para o Nordeste é que o protagonismo do desenvolvimento regional seja impulsionado por empresas genuinamente locais ou com alto grau de imbricação na dinâmica local e que contribuam para aumentar o fluxo de comércio ou absorvam demandas intrarregionais, colaborando para a diminuição do saldo negativo na balança comercial entre a Região e os polos mais dinâmicos do País. O Estado teria um grande papel como propulsor nesse processo de desenvolvimento regional, contribuindo com medidas para melhorar a distribuição de renda e a criação de programas de infraestrutura e apoio à industrialização.

Finalmente, cabe ressaltar que o valor das informações compiladas e apresentadas neste texto justifica a importância de se disponibilizar dados sistematizados para subsidiar a intervenção pública e/ou privada em setores que contribuam para o desenvolvimento da Região.

Referências

BRASIL-Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento-MAPA (2014). **Projeções do agronegócio – Brasil 2013/2014 a 2023/2014 – projeções de longo prazo**. Brasília.

EXAME. **Melhores & maiores: as 1000 maiores empresas do Brasil**. São Paulo: Ed. 2014, jun. 2014. Edição Especial.

OBS.: A versão original deste artigo foi aprovada para apresentação no 530 Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Sociologia e Administração Rural, que acontecerá em 26 a 29/07/2015, em João Pessoa (PB).

A INSERÇÃO DO NORDESTE NO PROGRAMA DE INVESTIMENTO EM LOGÍSTICA 2015

Fernando Luiz Emerenciano Viana

Engenheiro Civil. Doutor em Administração e Técnico do ETENE/Banco do Nordeste

1 Introdução

Percebe-se que a infraestrutura desempenha papel estruturador e integrador, dando sustentação às atividades socioeconômicas e proporcionando as condições para implantação de políticas públicas, além de criar um ambiente favorável aos negócios. Ademais, os investimentos em infraestrutura podem contribuir de forma relevante para o crescimento do PIB.

De acordo com Magro e Bartolomé (2010), a infraestrutura constitui um importante instrumento de coesão econômica e social, de estruturação do território, integração espacial e melhoria da acessibilidade. O efeito multiplicador que pode exercer sobre a economia de um país torna os investimentos em infraestrutura um instrumento de política anticíclica durante épocas de crise, de grande utilidade para acelerar o processo de recuperação da economia.

Percebe-se certo esforço do Brasil nos últimos anos na tentativa de alavancar os investimentos em infraestrutura, tendo em vista os reconhecidos problemas apresentados por esse segmento e a referida importância dessas inversões para o agregado da economia nacional. O principal programa governamental em execução nesse sentido é o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), do Governo Federal, que no período 2007-2010 foi responsável pelo total de R\$ 619 bilhões em investimentos. Apesar desse esforço, a participação dos investimentos em infraestrutura no PIB tem se mantido baixa nas últimas décadas, estando aquém das necessidades, conforme apresenta a Tabela 1.

Como se pode perceber na Tabela 1, considerando as últimas quatro décadas, os investimentos em infraestrutura tiveram maior participação no PIB na década de 1970, diminuindo nas décadas seguintes e apresentando certa estabilidade no baixo patamar de um pouco mais de 2%, com predominância dos investimentos em energia e transporte. A título de comparação, de acordo com Manechini (2013), nas últimas duas décadas o investimento médio em infraestrutura foi de 3,8% do PIB no mundo, 4,7% do PIB na Índia e 8,5% do PIB na China.

Tabela 1 – Evolução do PIB e dos investimentos em infraestrutura em relação ao PIB no Brasil (%): 1971-2012

	Período (anos)			
	1971/80	1981/89	1990/00	2001/12
Crescimento Médio do PIB	6,2	2,3	1,9	3,3
Total do investimento em infraestrutura (% PIB)	5,4	3,6	2,3	2,3
Energia	2,1	1,5	0,8	0,7
Telecomunicações	0,8	0,4	0,7	0,7
Transporte	2,0	1,5	0,6	0,7
Água e Esgoto	0,5	0,2	0,2	0,3

Fonte: Moody's (2014).

Na visão da McKinsey (2013), o Brasil teria de investir R\$ 5 trilhões ao longo dos próximos vinte anos para chegar ao mesmo nível dos países desenvolvidos em termos de infraestrutura, o equivalente a R\$ 250 bilhões por ano, praticamente 2,5 vezes o valor investido em 2012.

Considerando a premente necessidade de alavancagem dos investimentos em infraestrutura no Brasil, tanto por conta das deficiências e gargalos que se avolumam, bem como pela baixa participação dos investimentos em relação ao PIB e ao seu efeito multiplicador, torna-se interessante que se faça um breve comentário sobre o financiamento à infraestrutura.

2 Financiamento à infraestrutura

As décadas de 1980 e 1990 foram marcadas por modificações importantes na ação econômica estatal, sobretudo nos países membros da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), pioneiramente na Inglaterra, quando da gestão da 1ª Ministra Margareth Thatcher, bem como nos EUA, durante a gestão de Ronald Reagan. As mudanças ocorreram particularmente na gestão estatal no que diz respeito à desregulamentação setorial, reforma tributária e indução à competição internacional. Um dos elementos mais marcantes foi a reorganização patrimonial, sobretudo os processos de desestatização e privatizações (BRITO; SILVEIRA, 2005).

Acrescente-se que as crises cambiais ocorridas em meados da década de 1990 acabaram por forçar regimes fiscais contracionistas nos países emergentes da Ásia e América Latina. Na Europa, como resposta ao aumento da concorrência internacional, desenvolveu-se e fortaleceu-se a formação de bloco econômico, o que impôs aos seus países membros regras de ajustamento e coordenação macroeconômica (NRA, 2003).

A provisão de serviços de infraestrutura foi diretamente afetada por essas tendências. Traduzida geralmente em projetos de grande porte e de longo período de maturação, de um lado, e com importância estratégica pelas externalidades e ganhos de eficiência associados, de outro, as reestruturações patrimoniais e as restrições fiscais impactaram fortemente nas formas de financiamento das ações nesse campo (BRITO; SILVEIRA, 2005). Diante desse contexto, governos de diversos países, incapacitados de dar continuidade a uma tradição histórica de financiamento fiscal dos grandes investimentos públicos, identificaram nas concessões e nas Parceiras Público-Privadas (PPPs) alternativas para viabilizar projetos.

De acordo com Aragão et al. (2004), no início da década de 1990 foi lançado no Brasil o Plano Nacional de Desestatização (PND), acompanhado da privatização de diversas empresas estatais e, como consequência, do afastamento do Estado de diversas atividades produtivas, tais como distribuição de energia, siderurgia e mineração. Para dar suporte legal a esse processo, em 1995 foi aprovada a Lei N.º 8987, de 13 de Fevereiro de 1995, mais conhecida como Lei das Concessões, que estabelecia as regras e normas para exploração dos serviços públicos pelo setor privado, especialmente nos segmentos de energia e telecomunicações.

A partir desse período e ao longo dos últimos anos, diversos foram os processos de concessão voltados à infraestrutura, com destaque, além dos segmentos supracitados, para a infraestrutura de transportes – rodovias, ferrovias, portos e aeroportos. Na maioria dos casos, houve a participação de bancos públicos como financiadores aos entes privados contemplados com as concessões, notadamente do BNDES.

A tendência atual, entretanto, face à escassez de recursos do Tesouro Nacional para repasse de funding subsidiado ao BNDES, bem como à necessidade de direcionamento dos recursos escassos para a implantação de projetos de infraestrutura que possuem características de dependência de investimento público, é que haja maior participação de bancos privados e organismos multilaterais estrangeiros de financiamento (BID, Banco Mundial, CAF, IFC), bem como de utilização de instrumentos do mercado de capitais no financiamento a novos projetos a serem implantados no regime de concessões.

3 Programa de Investimento em Logística do Governo Federal

Conforme supracitado, ao longo dos últimos anos o segmento de infraestrutura de transporte foi alvo de diversos processos de concessão, em diferentes governos do âmbito federal. Durante o governo Dilma Rousseff, foi lançado em 2012 o Programa de Investimento em Logística (PIL), em sua primeira etapa, que previa investimentos da ordem de R\$ 46,0 bilhões em rodovias, R\$ 99,6 bilhões em ferrovias, R\$ 51,6 bilhões em portos e R\$ 16,5 bilhões em aeroportos. Do total de processos de concessão previstos, foram efetivamente até o momento, considerando aqueles com os contratos devidamente assinados ou os resultados dos leilões homologados, um total de nove projetos, totalizando investimentos previstos de R\$ 44,9 bilhões, que representam em torno de 21% do total previsto (Quadro 1).

Quadro 1 - Processo de concessão concluídos da 1ª etapa do Programa de Investimento em Logística do Governo Federal

Objeto da concessão	Investimento Previsto (R\$)(1)	Situação atual
Aeroporto do Galeão-RJ	5,7 bilhões	Contrato assinado
Aeroporto de Confins-MG	3,5 bilhões	Contrato assinado
BR-101/RJ – Ponte Rio-Niterói	1,3 bilhão	Resultado homologado
BR-153 TO/GO	4,8 bilhões	Contrato assinado
BR-050 GO/MG	2,3 bilhões	Contrato assinado
BR-060/153/262 DF/GO/MG	6,1 bilhões	Contrato assinado
BR-163 MT	4,6 bilhões	Contrato assinado
BR-163/267/262 MS	8,7 bilhões	Contrato assinado
BR-040 MG/GO/DF	7,9 bilhões	Contrato assinado
Total	44,9 bilhões	-

Fonte: Elaboração do BNB/ETENE a partir de dados da ANTT (2015).

Nota:

(1) Valores nominais de Maio/2012.

É importante ressaltar que, do total de investimentos previstos na primeira etapa do PIL, apenas 19% (R\$ 40,9 bilhões) referem-se a projetos localizados na Região Nordeste, dos quais nenhum avançou no processo de concessão.

Em mais uma tentativa de modernizar parte da infraestrutura do País e, ao mesmo tempo, aumentar os investimentos e contribuir para a melhoria do cenário econômico brasileiro, o Governo Federal lançou no último mês de junho a segunda etapa do Programa de Investimento em Logística, voltado a novas concessões em aeroportos, rodovias, ferrovias e portos e totalizando investimentos previstos de R\$ 198,4 bilhões nos próximos anos, sendo R\$ 69,2 bilhões previstos para o período 2015-2018. Para essa nova fase do Programa, o Governo fez mudanças para atrair os investidores, entre

as quais está a possibilidade de concessão por meio de outorga, em que vence quem paga ao Governo o maior bônus pelo direito de explorar um serviço. Assim como na etapa anterior, os investimentos previstos serão direcionados a rodovias, ferrovias, portos e aeroportos, os quais são detalhados nas seções e quadros seguintes.

3.1 Rodovias

Conforme se pode perceber no Quadro 2, abaixo, do total de R\$ 64,8 bilhões de investimentos previstos em concessões rodoviárias, apenas 10,2% (R\$ 6,6 bilhões) serão destinados a trechos no Nordeste, o que implica que a melhoria da infraestrutura rodoviária nordestina continuará a depender fortemente de investimentos públicos, que têm diminuído face à situação fiscal da Federação.

Esse cenário é consequência, também, da priorização dos investimentos relacionados à melhoria da capacidade de tráfego e, conseqüentemente, da eficiência do transporte de cargas provenientes de atividades agropecuárias, notadamente de grãos originários das regiões produtoras do Centro-Oeste.

Quadro 2 - Concessões previstas em rodovias na segunda etapa do Programa de Investimento em Logística (PIL)

Objeto da concessão	Investimento Previsto (R\$)(1)	Situação atual
BR 476-153-282-480 PR/SC	4,5	Escoar produção de grãos, aves e suínos pelos portos do Arco Sul
BR 364 GO-MG	3,1	Conectar a região produtora de grãos do sul de Goiás ao Triângulo Mineiro
BR 364-060 MT/GO	4,1	Escoar produção do Centro-Oeste para portos dos Arcos Norte e Sul
BR 163 MT/PA	6,6	Aumentar escoamento de grãos pelos portos do Arco Norte
BR 101/232 PE	4,2	Construção do Arco Metropolitano do Recife, melhoria do acesso ao Porto de Suape e duplicação para Cruzeiro do Nordeste
BR 101 BA	1,6	Duplicar trecho Feira de Santana/Gandu e melhorar o transporte de cargas entre Nordeste e Sudeste
BR 262/381 MG	1,9	Duplicar trecho Belo Horizonte/Divisa ES, melhorar a segurança e reduzir custos
BR 101-493-465 RJ/SP	3,1	Ampliação de capacidade do trecho Rio-Santos até Ubatuba, via de turismo, com concessão do Arco Metropolitano do Rio de Janeiro
BR 470-282 SC	3,2	Duplicar trecho que liga a região agroindustrial de SC aos portos do Arco Sul
BR 280 SC	2,1	Melhorar escoamento da safra e produção industrial de SC pelos portos do Arco Sul
BR 101 SC	1,1	Ampliar capacidade e melhorar a segurança da via
BR 101/-116-290-386 RS	3,2	Duplicar a Rodovia da Produção até Carazinho, duplicar trecho Porto Alegre-Camaquã e garantir qualidade na Freeway
BR 267/MS	2,0	Duplicar ligação MS/Divisa SP e reduzir custos para o escoamento da produção agropecuária pelos portos do Arco Sul
BR 262 MS	2,5	Duplicar ligação Campo Grande/Divisa com SP e reduzir custos para o escoamento da produção agropecuária pelos portos do Arco Sul
BR 364 RO/MT	6,3	Melhorar a integração das regiões produtoras de grãos do MT e de RO à hidrovía do Rio Madeira
Novos investimentos em concessões existentes(2)	15,3	Diversos
Total	64,8	-

Fonte: Elaboração do BNB/ETENE a partir de dados de BRASIL (2015).
Notas:

(1) Valores nominais de Junho/2015.

(2) No Nordeste inclui apenas a implantação de faixa adicional na BR-324/116 BA, totalizando R\$ 0,4 bilhão.

3.2 Ferrovias

Nas concessões ferroviárias previstas na segunda etapa do PIL (Quadro 3), percebe-se uma inserção pequena (com exceção de trechos da FNS e da EFC no Maranhão e da FCA na Bahia) do Nordeste. Isso é consequência do próprio objetivo das concessões que, aparentemente, tem como foco resolver os problemas logísticos de escoamento da produção de grãos, especialmente do Centro-Oeste, direcionando parte da produção para os portos do chamado Arco Norte (AM, AP, MA, PA). Chama atenção a ausência, nessa etapa do PIL, de investimentos direcionados às duas mais importantes obras ferroviárias em execução atualmente no Nordeste, ambas em ritmo bastante lento, a Ferrovia Nova Transnordestina (FNT) e a Ferrovia de Integração Oeste-Leste (FIOL).

No caso da FNT, apesar de já se tratar de uma concessão, existem trechos que estão planejados, mas que a sua implantação ainda não está garantida, portanto, seria importante que os mesmos fossem incluídos no PIL. Tratam-se dos trechos entre Salgueiro-PE e Petrolina-PE e entre Eliseu Martins-PI e a FNS. Sem a implantação futura desses trechos, a FNT ficará de certo modo isolada, sem conexão com o modal hidroviário (Hidrovia do São Francisco, em Petrolina) e com o principal tronco ferroviário nacional no sentido Norte-Sul (FNS), o que pode comprometer o papel da FNT como importante alternativa para o escoamento da produção agrícola dos cerrados brasileiros.

Já em relação à FIOL, que além de ter importante papel para viabilizar o aumento da produção de minerais na Bahia, também pode funcionar como uma alternativa a mais para o escoamento da produção de grãos, desde que seja implantada em todo o trecho planejado, entre Figueirópolis-TO e Ilhéus-BA, seria ainda mais coerente sua inclusão no programa de concessões do PIL, já que o modelo inicialmente adotado para sua implantação, sob responsabilidade da VALEC S/A, não tem se mostrado eficaz, tendo em vista a relativa lentidão na implantação e a dificuldade fiscal atual pela qual passa o Governo Federal, o que dificulta o direcionamento de recursos do orçamento federal para sua execução.

Outro fator que chama a atenção nas concessões ferroviárias previstas é a chamada Ferrovia Bioceânica. Trata-se de um projeto que demanda um grande volume de recursos e cujo traçado deve representar algumas dificuldades de implantação, tendo em vista atravessar áreas indígenas e de floresta. A questão financeira deve ser amenizada pela predisposição do governo chinês de financiar parte da obra, pois um dos objetivos da mesma é facilitar o escoamento da produção de commodities brasileiras, já que a China constitui o principal comprador, utilizando portos localizados no Oceano Pacífico,

o que tende a diminuir os custos logísticos em relação àqueles existentes atualmente. Para o Nordeste, essa obra não parece trazer benefícios; ao contrário, deve diminuir os efeitos positivos que os portos nordestinos terão com a ampliação do Canal do Panamá, que deve ser concluída nos próximos meses. Essa ampliação aumentará a capacidade do canal e, conseqüentemente, diminuirá os custos da ligação entre o Oceano Atlântico e o Oceano Pacífico através do canal. De acordo com Melo (2013), um papel relevante a ser desempenhado pelo Canal do Panamá, após sua ampliação, é exatamente viabilizar um comércio mais eficiente entre a porção “norte” (que inclui o Norte a parte setentrional do Nordeste) do Brasil com o Leste Asiático. Com isso, os portos nordestinos aumentariam seu potencial de captação de cargas originadas no interior do território brasileiro e que tivessem com destino a China e outros países do Leste Asiático. A partir do momento que se disponibiliza uma ligação ferroviária desse território diretamente com o Pacífico, evidentemente há uma diminuição desse potencial.

Quadro 3 - Concessões previstas em ferrovias na segunda etapa do Programa de Investimento em Logística (PIL)

Objeto da concessão	Investimento Previsto (RS)(1)	Situação atual
Ferrovia Norte-Sul (FNS) GO/TO/MA/PA	7,8	Concluir o corredor Norte-Sul, no seu trecho norte, com saídas pelos portos do Arco Norte
Ferrovia Norte-Sul GO/MG/SP/MS	4,9	Concluir o corredor Norte-Sul no seu trecho sul com interligação com polo agroindustrial em Três Lagoas
Ferrovia Lucas do Rio Verde (MT) – Miritituba (PA)	9,9	Melhorar o escoamento da produção agrícola do MT pela hidrovias do Tapajós
Ferrovia Rio de Janeiro (RJ) – Vitória (ES)(2)	7,8	Integrar o porto do Rio de Janeiro e os terminais privados de ambos os estados aos portos de Vitória e Tubarão
Ferrovia Bioceânica	40,0	Rota estratégica de escoamento da produção, via Pacífico, para os mercados asiáticos
Novos investimentos em concessões existentes(3)	16,0	Melhorias diversas para ampliação da capacidade de tráfego
Total	86,4	

Fonte: Elaboração do BNB/ETENE a partir de dados de BRASIL (2015).

Notas:

(1) Valores nominais de Junho/2015.

(2) Trecho que já fazia parte da 1ª etapa do PIL.

(3) No Nordeste inclui trechos da FCA na Bahia e Sergipe, da FNS no Maranhão e da Estrada de Ferro Carajás, também no Maranhão.

3.3 Portos

As concessões portuárias de terminais em portos públicos foram divididas em dois blocos, estando as licitações programadas para o bloco 1 (Quadro 4) previstas para ocorrerem no segundo semestre de 2015.

Quadro 4 - Concessões previstas em portos na segunda etapa do Programa de Investimento em Logística (PIL) – Bloco 1

Tipo de terminal	Porto (s)	Investimento previsto (R\$ Bilhões)(1)
Fase 1		
Grãos	Santos-SP, Vila do Conde-PA, Outeiro-PA, Santarém-PA	1,8
Celulose	Santos-SP	0,3
Fase 2		
Granéis	Santos-SP, Vila do Conde-PA, Santarém-PA	1,1
Carga geral e Contêineres	Santos-SP, Belém-PA	0,4
Combustíveis e GLP	Miramar-PA, Vila do Conde-PA, Santarém-PA	1,1
Total	-	4,7

Fonte: Elaboração do BNB/ETENE a partir de dados de BRASIL (2015).

Nota:

(1) Valores nominais de Junho/2015.

Como se pode perceber, todos os investimentos previstos no Bloco 1 de concessões portuárias serão direcionados aos portos do Pará e de Santos-SP. Todas essas concessões que compõem o Bloco 1 constavam na primeira etapa do PIL mas, por conta de questionamentos por parte do TCU, não aconteceram conforme previsto anteriormente.

Do total de investimentos previstos no Quadro 5, aqueles direcionados aos portos do Nordeste (Suape-PE, Itaqui-MA e Aratu-BA) totalizam investimentos previstos de R\$ 3,0 bilhões em oito terminais, cinco deles em Suape-PE. Assim sendo, os portos do Nordeste contemplados nesse bloco de concessões absorverão 42% dos investimentos.

Quadro 5 - Concessões previstas em portos na segunda etapa do Programa de Investimento em Logística (PIL) – Bloco 2

Tipo de terminal	Porto (s)	Investimento previsto (R\$ Bilhões)(1)
Contêineres e Carga Geral	Manaus-AM, Paranaguá-PR, Santana-AP, Suape-PE (2), São Sebastião-SP e São Francisco do Sul-RS	3,2
Granéis Minerais	Itaqui-MA, Paranaguá-PR, Aratu-BA e Suape-PE (2)	1,8
Grãos	Suape-PE, Santos, Rio de Janeiro-RJ e Paranaguá-PR (3)	1,8
Granéis Líquidos	Santos-SP	0,1
Celulose	Paranaguá-PR e Itaqui-MA	0,3
Total		7,2

Fonte: Elaboração do BNB/ETENE a partir de dados de BRASIL (2015).

Nota:

(1) Valores nominais de Junho/2015.

Além das concessões de novas áreas em terminais portuários já existentes, os quais são todos portos públicos, estão previstas também autorizações para implantação de novos terminais de uso privativo (TUP) em dezesseis estados de todas as regiões brasileiras. Alguns desses terminais configuram-se como “portos secos”, já que serão instalados em municípios que não estão no litoral. O Quadro 6 apresenta uma relação dos TUP atualmente em análise, bem como os investimentos previstos para a sua implantação.

Do total de investimentos previstos em novos TUP (Quadro 6), o Nordeste receberá cerca de 13,2% (R\$ 1,6 bilhão), em áreas próximas a três de seus principais portos (Suape-PE, Itaqui-MA e Aratu-BA), seguindo a tendência dos investimentos em concessões previstos para esses portos. Pode parecer estranha a ausência do Porto de Pecém como destino de novos investimentos entre os relacionados nos quadros 5 e 6. A explicação para essa ausência é que o Porto de Pecém já se trata de um TUP e, além disso, existem investimentos acontecendo no momento visando à ampliação de sua capacidade operacional, bem como outros investimentos planejados, os quais deverão suportar as necessidades operacionais vinculadas às empresas em implantação em seu complexo industrial.

Além dos investimentos associados a novos arrendamentos (concessões) em portos públicos (quadros 4 e 5) e à implantação de novos terminais de uso privativo (quadro 6), a segunda etapa do PIL prevê também novos investimentos em arrendamentos já existentes, totalizando vinte e quatro pedidos em análise que significariam investimentos previstos de R\$ 10,8 bilhões.

Quadro 6 - Terminais de Uso Privativo (TUP) cujas autorizações estão em análise na segunda etapa do Programa de Investimento em Logística (PIL)

UF	Município	Investimento Previsto (R\$ Milhões) ¹	Quantidade de TUP
Acre	Cruzeiro do Sul	30,6	2
Amazonas	Manaus	93,1	8
Amapá	Santana	1,2	1
Pará	Ananindeua	621,2	7
	Belém		
	Itaituba		
	Santarém		
Rondônia	Porto Velho	43,5	3
Total Norte	-	789,6	21
Bahia	Candeias	547,0	1
Maranhão	São Luís	780,3	1
Pernambuco	Ipojuca	251,6	1
Total Nordeste	-	1.578,9	3
Goiás	São Simão	6,5	1
Mato Grosso do Sul	Três Lagoas	30,0	1
Total Centro-Oeste	-	36,5	2
Espírito Santo	Aracruz	1.821,7	4
	Itapemirim		
Rio de Janeiro	Armação de Búzios	7.362,4	17
	Itaguaí		
	Maricá		
	Niterói		
	Rio de Janeiro		
	São Gonçalo		
São Paulo	São João da Barra	2.743,8	5
	Anhembi		
	Araçatuba		
	Conchas		
	Santa Maria		
Santos			
Total Sudeste	-	11.927,9	26
Paraná	Pontal do Paraná	103,0	1
Santa Catarina	Itajaí	103,4	2
Rio Grande do Sul	Canoas	123,4	8
	Charqueadas		
	Estrela		
	Nova Santa Rita		
	Porto Alegre		
	Taquari		
Total - Sul	-	329,8	11
TOTAL	-	14.662,7	63

Fonte: Elaboração do BNB/ETENE a partir de dados de BRASIL (2015).
Nota: (1) Valores nominais de Junho/2015.

Em linhas gerais, percebe-se que, no Nordeste, os investimentos previstos nos portos tendem a reforçar

a capacidade operacional dos principais portos da Região, que se configuram como plataforma de movimentação de grãos (Itaqui-MA) ou que fazem parte dos chamados complexos industriais e portuários (Suape-PE e Aratu-BA). Adicionalmente, percebe-se também um direcionamento importante de investimentos para os portos do chamado Arco Norte (AP, AM, PA e MA), para que possam se constituir como alternativas viáveis para exportação dos grãos produzidos nas regiões Centro-Oeste e Nordeste, com utilização efetiva dos modais ferroviário (especialmente Ferrovia Norte-Sul) e hidroviário para o transporte entre as regiões produtoras e os portos, de modo a diminuir os custos logísticos.

3.4 Aeroportos

No que diz respeito às concessões em aeroportos (Quadro 7), o Nordeste tem destaque, já que 56,5% (R\$ 4,8 bilhões) dos valores previstos serão direcionados aos aeroportos de Fortaleza-CE e Salvador-BA.

Quadro 7 - Concessões previstas em aeroportos na segunda etapa do Programa de Investimento em Logística (PIL)

Objeto da concessão	Investimento Previsto (R\$)(1)	Objetivo
Aeroporto Pinto Martins em Fortaleza-CE	1,8	Ampliação do pátio e terminal de passageiros
Aeroporto Luiz Eduardo Magalhães em Salvador-BA	3,0	Ampliação do terminal de passageiros e construção da 2ª pista
Aeroporto Hercílio Luz em Florianópolis-SC	1,1	Novo terminal de passageiros e pátio
Aeroporto Salgado Filho em Porto Alegre-RS	2,5	Ampliação de pista, pátio e terminal de passageiros
Aeroportos regionais em SP (Araras, Bragança Paulista, Campinas/Amarais, Itanhaém, Jundiaí, Ubatuba) e GO (Caldas Novas)	0,1	Concessão à iniciativa privada de aeroportos delegados aos estados e municípios
Total	8,5	

Fonte: Elaboração do BNB/ETENE a partir de dados de BRASIL (2015).

Notas:

(1) Valores nominais de Junho/2015.

No caso de Fortaleza, a concessão do aeroporto à iniciativa privada deve se constituir em algo fundamental para que a ampliação iniciada em 2013 e atualmente com obras paradas seja concluída, além de representar

Referências

um ponto que pode favorecer a cidade no processo de concorrência que a mesma participa, juntamente com Natal-RN e Recife-PE, para ser sede de um Hub da companhia aérea TAM.

4 Considerações finais

Considerando-se o papel estruturador e integrador da infraestrutura, bem como a importância dos investimentos em infraestrutura para o desenvolvimento socioeconômico do País, além do cenário recente de dificuldade fiscal e orçamentária do Governo Federal, o que pode comprometer a sustentabilidade dos investimentos necessários, o lançamento do novo programa de concessões, considerada a segunda etapa do Plano de Investimentos em Logística, veio em momento pertinente.

Cabe destacar, entretanto, que o modelo de concessões adotado nessa segunda etapa teve que sofrer modificação em relação ao anteriormente adotado, tendo em vista que pouco do que estava planejado quando do lançamento da primeira etapa, em 2012, foi efetivamente contratado.

No que diz respeito à inserção do Nordeste na segunda etapa do PIL, percebe-se que será relativamente pequena, exceto nos aeroportos, em que a Região absorverá 56,5% das concessões aeroportuárias. As concessões na Região representarão apenas 10,2% dos investimentos em rodovias, 17,3% das concessões portuárias (sem considerar os novos investimentos em arrendamentos já existentes) e uma porção insignificante das concessões ferroviárias, percentuais esses incompatíveis com a representatividade do Nordeste em termos populacionais e até mesmo econômicos.

Esse cenário de baixa inserção regional no programa de concessões, embora possa estar relacionado à menor dinamicidade da economia nordestina, o que torna os componentes da infraestrutura local menos atrativos à iniciativa privada, pode contribuir para um agravamento das desigualdades regionais, tendo em vista que a melhoria da infraestrutura logística do Nordeste dependerá mais fortemente de investimentos do setor público, que tendem a ser mais escassos no contexto econômico brasileiro atual.

Nesse sentido, torna-se imperativo que os governos dos estados do Nordeste, seus órgãos de planejamento e os órgãos de desenvolvimento regional discutam possíveis soluções e proponham formas de buscar o aumento dos investimentos em infraestrutura no Nordeste, para que a Região possa manter o crescimento acima da média nacional e, conseqüentemente, minimizar as desigualdades existentes.

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES – ANTT. **Programa de Investimento em Logística**. Disponível em <http://www.logisticabrasil.gov.br/> Acesso em 03 Jul. 2015.

ARAGÃO, J. et al. **Parcerias sociais para o desenvolvimento nacional e fatores críticos para o seu sucesso**. Natal: UFRN, 2004.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. **Nova etapa do Programa de Investimento em Logística**. Disponível em <http://www.planejamento.gov.br/assuntos/programa-de-investimento-em-logistica-pil> acesso em 03 Jul. 2015.

BRITO, B. M. B.; SILVEIRA, A. H. P. Parceria público-privada: compreendendo o modelo brasileiro. **Revista do Serviço Público**, v. 56, n. 1, p. 7-21, Jan./Mar. 2005.

MACKINSEY & COMPANY. **O ambiente empresarial no Brasil: reflexão sobre as transformações nos últimos 25 anos e questões para a próxima década**. São Paulo: Mckinsey & Company, 2013.

MAGRO, J. M. V.; BARTOLOMÉ, R. I. **Infraestrutura pública y participación privada: conceptos y experiencias em America y España**. Caracas: CAF, 2010.

MELO, S. T. **A ampliação do Canal do Panamá: motivações comerciais e reformas institucionais**. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais). Florianópolis-SC: UFSC, 2013.

MOODY'S INVESTORS SERVICE. **Brasil & Mexico: gaps in infrastructure investment uneven across sectors**. New York: Moody's, June 2014.

NATIONAL ROADS AUTHORITY - NRA. **Review of opportunities for Public Private Partnership in North Ireland**. Belfast: Working Group Report, 2003.

PANORAMA DO SETOR TURÍSTICO NO NORDESTE DO BRASIL – 2014

Laura Lúcia Ramos Freire

Economista. Mestre em Economia e Técnica do ETENE/Banco do Nordeste

1 Panorama Internacional

A receita gerada pelo turismo internacional através dos gastos dos turistas com alojamento, alimentação, entretenimento, compras e outros bens e serviços alcançou US\$ 1.245 bilhões em 2014, crescimento de 4,0% em relação a 2013 (Tabela 1). Incluindo os gastos com transportes de passageiros (US\$ 221 bilhões), o total da receita atingiu a quantia de US\$ 1.466 bilhões, segundo dados do Barômetro do Turismo Mundial publicação da Organização Mundial do Turismo - OMT (2015). Referida publicação revela que o turismo como item de exportação ocupa a quarta posição atrás dos combustíveis, produtos químicos e alimentos.

Tabela 1 - Receita cambial gerada pelo turismo - em bilhões de US\$

Regiões	Valor		Participação (%)		Variação (%)
	2014	2013	2014	2014/2013	
Mundo	1.245,0	1.197,0	100,0	4,0	
• Países desenvolvidos	815,0	784,0	65,5	3,9	
• Países em desenvolvimento	430,0	413,0	34,5	4,1	
Regiões					
• Europa	508,8	491,7	40,9	3,5	
• Asia e Pacífico	376,9	360,7	30,3	4,5	
• África	36,2	35,1	2,9	3,1	
• Oriente Médio	49,2	45,1	4,0	9,1	
• Américas	274,1	264,4	22,0	3,6	
• América do Norte	210,7	204,7	16,9	2,9	
• Caribe	27,3	25,4	2,2	7,5	
• América Central	10,2	9,4	0,8	8,5	
• América do Sul	25,9	24,9	2,1	4,0	

Fonte: World Tourism Organization (UNWTO, 2015).

Os países em desenvolvimento registraram crescimento de 4,1% na receita turística em 2014, superior que as economias desenvolvidas (3,9%). Estados Unidos, Espanha, China, França, Macau (China), Itália, Reino Unido, Alemanha, Tailândia e Hong Kong (China), nesta ordem, foram os principais países em termos de ingressos de receitas internacionais. Por outro lado, em relação aos gastos internacionais efetuados por tu-

ristas, destacam-se: China, Estados Unidos, Alemanha, Reino Unido, Federação Russa, França, Canadá, Itália, Austrália e Brasil (nesta ordem).

Por seu turno, o número de chegadas de turistas internacionais ao redor do mundo cresceu 4,4% em 2014 relativamente a 2013, atingindo 1.135 milhões de turistas (Tabela 2). Todas as regiões apresentaram crescimento, entretanto, as economias desenvolvidas (5,8%) apresentaram desempenho superior que as emergentes (2,6%).

Segundo ainda o relatório da OMT, em 2014, o continente Europeu concentrou mais da metade das viagens internacionais com 583,6 milhões de desembarques, a Ásia e o Pacífico receberam 23,2% dos turistas internacionais enquanto nas Américas a fatia atingiu 16,0% dos turistas. O Oriente Médio e a África responderam, respectivamente, por 4,4% e 4,9% do turismo mundial.

Tabela 2 - Chegadas de turistas estrangeiros por regiões

Regiões	Valor		Participação (%)		Variação (%)
	2014	2013	2014	2014/2013	
Mundo	1.135	1.087	100,0	4,4	
• Países desenvolvidos	620	586	54,7	5,8	
• Países em desenvolvimento	514	501	45,3	2,6	
Regiões					
• Europa	583,6	566,6	51,4	3,0	
• Asia e Pacífico	263,4	249,8	23,2	5,4	
• África	55,8	54,8	4,9	4,9	
• Oriente Médio	50,4	48,2	4,4	4,4	
• Américas	181,5	168	16,0	8,1	
• América do Norte	120,9	110,7	10,7	9,3	
• Caribe	22,5	21,1	2,0	6,5	
• América Central	9,6	9,1	0,8	5,6	
• América do Sul	28,5	27,1	2,5	5,2	

Fonte: World Tourism Organization (UNWTO, 2015).

As Américas foi a região que apresentou a maior taxa de crescimento no número de chegadas de turistas no período comparativo 2014/2013, com destaque para a América do Norte (9,3%). Em seguida aparecem a

Asia e Pacífico (5,4%), África (4,9%) e Oriente Médio (4,4%). A Europa apresentou incremento de apenas 3,0% devido, principalmente, a queda verificada no número de chegadas na sub-região Europa Central e Leste Europeu (-4,1%).

Os dez principais destinos turísticos mundiais em 2014, em ordem decrescente de fluxo turístico receptivo foram: França, Estados Unidos, Espanha, China, Itália, Turquia, Alemanha, Inglaterra, Rússia e México.

2 Panorama nacional

O Brasil ocupa o 28º lugar (de 141 países em todo o mundo) no ranking global e o primeiro na América do Sul no Índice de Competitividade em Viagens e Turismo (ICVT), edição de 2015, elaborado pelo Fórum Econômico Mundial (WET, na sigla em inglês). O objetivo do indicador é fornecer uma ferramenta estratégica abrangente para medir “o conjunto de fatores e políticas que permitem aos países o desenvolvimento sustentável do setor de Turismo e Viagem” (WEF, 2015).

Na formação do índice, são considerados 14 pilares, cada qual com indicadores específicos num total de 90, organizados em quatro subíndices. Os dez países mais competitivos são Espanha, França, Alemanha, Estados Unidos, Grã-Bretanha, Suíça, Austrália, Itália, Japão, e Canadá. No ranking regional (países das Américas), o Brasil é o terceiro colocado após Estados Unidos e Canadá.

A Tabela a seguir mostra a posição do Brasil para cada subíndice específico e pilar utilizado para calcular seu ICVT.

Segundo o relatório, a Copa do Mundo de 2014 e os preparativos para os Jogos Olímpicos no Rio de Janeiro que acontecerá em 2016 levaram a importantes investimentos em infraestrutura e mobilidade urbana, fazendo com que o País ocupasse a 41ª posição em termos de “infraestrutura aérea” e terceiro no “número de estádios esportivos”. Vale ressaltar que o País está na primeira colocação entre todos quanto aos “recursos naturais”, sendo o maior em “biodiversidade”. Por outro lado, os piores desempenhos foram quanto à “infraestrutura portuária e terrestre” (130ª posição) e ao “ambiente de negócios” (126ª posição).

Tabela 3 - Brasil - Índice de Competitividade em viagens e turismo

Pilares por Subíndice	Posição (de 141 países)	Pontuação (escala de 1 a 7)
Índice de Competitividade em Viagens e Turismo	28	4,37
Ambiente favorável	79	4,51
Ambiente de negócios	126	3,60
Segurança e proteção	104	4,68
Saúde e higiene	66	5,31
Recursos humanos e mercado de trabalho	66	4,51
Disponibilidade de Tecnologia de informação e comunicação	57	4,43
Condições e Políticas "favoráveis" ao setor de Viagens e Turismo	107	3,76
Prioridade dada ao setor de viagens e turismo	101	4,05
Abertura internacional	91	2,59
Preços competitivos	81	4,51
Sustentabilidade ambiental	86	3,89
Infraestrutura	70	3,56
Infraestrutura de transporte aéreo	41	3,64
Infraestrutura portuária e terrestre	130	2,36
Infraestrutura de serviços turísticos	51	4,69
Recursos naturais e culturais	3	5,66
Recursos naturais	1	6,01
Recursos culturais e viagens de negócios	8	5,31

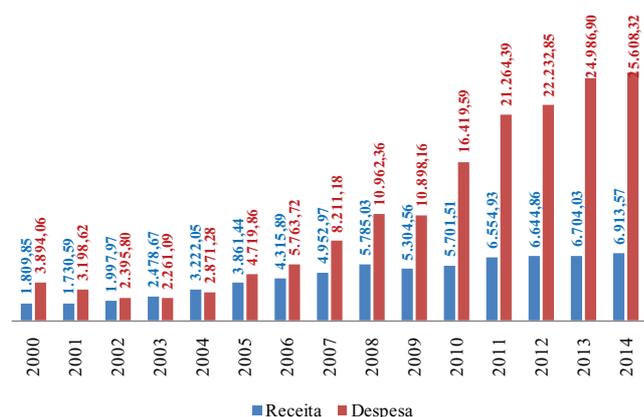
Fonte: World Economic Forum (2015).

Obs.: Posição por item. O índice apresenta uma escala de 1 a 7, do pior para o melhor.

2.1 Receita e despesa cambial turística

A receita cambial gerada pelos gastos efetuados por turistas estrangeiros no País e a despesa cambial advinda dos gastos dos brasileiros no exterior são computadas na conta Viagens Internacionais do Balanço de Pagamentos do País divulgada pelo Banco Central. No gráfico abaixo, observa-se que, no período de 2000 a 2014, as receitas turísticas aumentaram 281% enquanto as despesas registram incremento bem superior, 557%. Como consequência, o saldo da balança turística apresentou sucessivos déficits com exceção dos anos de 2003 e 2004.

O crescimento do déficit na balança de turismo brasileira é consequência, principalmente, da valorização do real em relação ao dólar, do aumento do crédito e do crescimento da economia do País nesse período.

Gráfico 1 – Evolução da receita e despesa cambial entre 2000 e 2014, Em US\$ Milhões

Fonte: Banco Central do Brasil. Série histórica do Balanço de Pagamentos (anual)

Obs.: O valor inclui trocas cambiais oficiais e gastos com cartões de crédito internacionais.

A tabela a seguir mostra, mensalmente, as receitas e despesas cambiais nos anos de 2013 e 2014 na balança turística. A receita cambial (US\$ 6.914 milhões) apresentou, em 2014, valor 3,1% superior ao obtido em 2013 e a despesa turística (US\$ 25.608 milhões) registrou crescimento um pouco menor, de 2,5%, em relação a 2013. Verifica-se, entretanto, que nos meses da disputa da Copa do Mundo, as receitas cambiais ascenderam 76,0% e 46,1% nos meses de junho e julho, respectivamente, relativamente aos mesmos meses de 2013, mostrando os efeitos positivos do campeonato.

2.2 Movimento de passageiros

O Governo Federal objetivando melhorar a qualidade dos serviços e da infraestrutura aeroportuária do País iniciou, no final de 2012, processo de concessão

de aeroportos à iniciativa privada. Desde então, já foram privatizados os seguintes: Aeroporto Internacional Guarulhos (SP), Aeroporto Internacional de Viracopos – Campinas (SP), Aeroporto Internacional Juscelino Kubitschek – Brasília (DF), Aeroporto Internacional do Galeão - Rio de Janeiro (RJ), Aeroporto Internacional de Confins - Belo Horizonte (MG) e Aeroporto de São Gonçalo do Amarante – Natal (RN). Destes, apenas o Aeroporto de São Gonçalo do Amarante possui 100% de capital privado, os demais contam com 49% de participação da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero). Nessa nova configuração, cabe a Infraero a administração de 60 aeroportos.

Considerando, portanto, apenas os aeroportos sob responsabilidade da Infraero, em 2014, foram realizadas 112,8 milhões de embarques e desembarques de passageiros, crescimento de 6,5% relativamente a 2013 (105,9 milhões de embarques e desembarques). Incluindo o movimento dos aeroportos concedidos, o total chega a 210,9 milhões de passageiros. O Nordeste respondeu por 16,6% da movimentação de passageiros do País.

O Aeroporto Internacional de Guarulhos é o mais movimentado do País com 39,5 milhões de passageiros, seguido do Aeroporto Internacional de Brasília (18,2 milhões) e do Aeroporto de Congonhas (18,1 milhões).

Somente no período da Copa do Mundo, o País recebeu mais de 1 milhão de estrangeiros de 202 países (58,5% visitaram o Brasil pela primeira vez) e mais de 3 milhões de brasileiros de todos os estados circularam nas cidades-sede do Mundial. Dos turistas internacionais, destacam-se os argentinos (21%), norte-americanos (14,5%), ingleses (6,8), colombianos (6,6%), chilenos (6,4%) entre outros.

Tabela 4 – Receita e despesa cambial – variação mensal

Mês	2014			2013			Variação %	
	Receita	Despesa	Deficit	Receita	Despesa	Deficit	Receita	Despesa
Janeiro	643,4	2.120,4	-1.477	696,4	2.279,6	-1.583	-7,6	-7,0
Fevereiro	592	1.915,8	-1.324	624,2	1.842,2	-1.218	-5,2	4,0
Março	535,4	1.837,5	-1.302	599,4	1.862,6	-1.263	-10,7	-1,3
Abril	547,2	2.344,1	-1.797	585,1	2.095,6	-1.511	-6,5	11,9
Mai	531,2	2.266,3	-1.735	521,8	2.220,8	-1.699	1,8	2,0
Junho	797,2	2.001,4	-1.204	452,9	1.908,3	-1.455	76,0	4,9
Julho	789,2	2.414,7	-1.626	540,2	2.193,9	-1.654	46,1	10,1
Agosto	498,9	2.353,8	-1.855	510,7	2.090,9	-1.580	-2,3	12,6
Setembro	492,9	2.386,6	-1.894	504,9	2.148,2	-1.643	-2,4	11,1
Outubro	487,6	2.124,3	-1.637	533,4	2.293,7	-1.760	-8,6	-7,4
Novembro	475,0	1.719,9	-1.245	555,8	1.854,2	-1.298	-14,5	-7,2
Dezembro	523,6	2.123,5	-1.600	579,2	2.196,9	-1.618	-9,6	-3,3
Total	6913,6	25.608,3	-18.694,7	6.704,0	24.986,9	-18.282,9	3,1	2,5

Fonte: Banco Central do Brasil. Série histórica do Balanço de Pagamentos (mensal).

Tabela 5 – Movimento de passageiros nos aeroportos administrados pela INFRAERO– 2014

Brasil e Regiões	Doméstico	Internacional	Total
Nordeste	31.642.515	864.015	32.506.530
Norte	11.693.156	343.309	12.036.465
Centro-Oeste	8.340.318	5.136	8.345.454
Sudeste	35.285.956	3.112	35.289.068
Sul	23.558.539	1.019.455	24.577.994
BRASIL	110.520.484	2.235.027	112.755.511

Fonte: Infraero (2015).

Obs.: Movimento de Passageiros: soma do quantitativo de passageiros embarcados mais desembarcados, ou seja, a soma dos passageiros de origem, destino e conexões.

3 A Atividade turística na região Nordeste

O principal fator que favorece o turismo no Nordeste é a beleza natural de suas praias juntamente com o clima segundo pesquisa realizada pela MTUR/FIPE (2006). A diversidade e riqueza cultural, as festas tradicionais, a gastronomia, a hospitalidade do povo e a infraestrutura hoteleira concentrada na faixa litorânea também foram considerados pontos fortes na Região.

A região Nordeste é o destino mais desejado pelos turistas brasileiros (com 54,2% das citações dos entrevistados) seguida das regiões Sudeste e Sul (Mtur/FIPE, 2012). Segundo ainda estimativas dessa nova pesquisa, a região Nordeste responde por 25,8% do fluxo emissivo de turista no país e representa 30,0% do fluxo receptivo.

A principal origem dos visitantes domésticos

dos Estados da Região é do próprio Estado (exceção de Sergipe), o que evidencia as viagens de curta distância. São Paulo figura como um dos principais estados emissores de turistas para a Região, como se pode observar pelos dados abaixo:

Quadro 1: Principais estados emissores de turistas para a Região

Destino	Principais estados emissores de turistas				
AL	AL (28,4%)	PE (20,8%)	SP (14,0%)	SE (5,5%)	BA (4,7%)
BA	BA (50,4%)	SP (12,0%)	MG (7,2%)	RJ (5,8%)	PE (4,8%)
CE	CE (52,7%)	SP (7,9%)	PI (5,0%)	MA (4,9%)	RN (4,1%)
MA	MA (64,1%)	PI (7,3%)	DF (4,4%)	PA (3,9%)	SP (3,8%)
PB	PB (50,2%)	PE (13,0%)	SP (8,9%)	RN (8,7%)	RJ (4,9%)
PE	PE (57,8%)	SP (11,4%)	PB (5,5%)	RJ (3,3%)	BA (3,3%)
PI	PI (56,3%)	MA (17,3%)	DF (6,1%)	PE (5,4%)	SP (3,6%)
RN	RN (50,1%)	SP (11,4%)	PB (8,1%)	PE (6,9%)	RJ (4,8%)
SE	BA (32,9%)	SE (20,3%)	AL (16,3%)	SP (10,5%)	PE (5,7%)

Fonte: Mtur/FIPE, 2012.

Pelo lado do turismo internacional, Itália (17,6%), Portugal (14,5%), Argentina (11,0%), Alemanha (9,7%), França (8,3%), Espanha (7,1%) Estados Unidos (5,0%) são os principais países emissores para o Nordeste através dos portões de entrada da Região (Salvador, Recife, Fortaleza, Natal) (Mtur, 2014).

3.1 Movimento de passageiros nos aeroportos do Nordeste

O movimento de passageiros (embarques + de-

Tabela 6 – Nordeste: movimento de passageiros nos aeroportos administrados pela INFRAERO– 2014/2013

Aeroportos	2014			2013			Var. % 14/13
	Voos domésticos	Voos internacionais	Total	Voos domésticos	Voos internacionais	Total	
SBSV - Aeroporto Internacional de Salvador	8.835.077	317.082	9.152.159	8.275.134	314.529	8.589.663	6,5
SBRF - Aeroporto Internacional de Recife	6.889.246	301.135	7.190.381	6.578.110	262.166	6.840.276	5,1
SBFZ - Aeroporto Internacional de Fortaleza	6.259.558	242.264	6.501.822	5.745.049	207.580	5.952.629	9,2
SBMO - Aeroporto Internacional de Maceió	1.890.245	3.443	1.893.688	1.935.448	7.989	1.943.437	-2,6
SBSL - Aeroporto Internacional de São Luiz	1.833.719	80	1.833.799	1.815.861	48	1.815.909	1,0
SBAR - Aeroporto de Aracaju	1.377.535	0	1.377.535	1.343.875	24	1.343.899	2,5
SBJP - Aeroporto Internacional de João Pessoa	1.327.284	0	1.327.284	1.230.230	0	1.230.230	7,9
SBTE - Aeroporto de Teresina	1.173.643	0	1.173.643	1.091.242	0	1.091.242	7,6
SBIL - Aeroporto de Ilhéus	562.203	0	562.203	502.390	0	502.390	11,9
SBPL - Aeroporto Internacional de Petrolina	499.116	0	499.116	473.471	11	473.482	5,4
SBJU - Aeroporto de Juazeiro do Norte	418.782	0	418.782	387.990	0	387.990	7,9
SBIZ - Aeroporto de Imperatriz	350.831	0	350.831	351.403	0	351.403	-0,2
SBKG - Aeroporto de Campina Grande	177.763	11	177.774	143.762	4	143.766	23,7
SBUF - Aeroporto de Paulo Afonso	28.752	0	28.752	3.880	0	3.880	641,0
SBPB - Aeroporto Internacional de Parnaíba	18.761	0	18.761	2.922	0	2.922	542,1
TOTAL	31.642.515	864.015	32.506.530	29.880.767	792.351	30.673.118	6,0

Fonte: Infraero (2015).

Obs.: Movimento de Passageiros: soma do quantitativo de passageiros embarcados mais desembarcados, ou seja, a soma dos passageiros de origem, destino e conexões.

sembarques) em voos domésticos e internacionais nos aeroportos do Nordeste administrados pela INFRAERO foi, em 2014, de 32.506 mil passageiros, registrando crescimento de quase 6,0% em relação ao ano anterior.

Incluindo o movimento do Aeroporto de São Gonçalo do Amarante/RN, inaugurado em 31 de maio do ano passado e do Aeroporto Augusto Severo fechado no mesmo período, de 2,5 milhões, os aeroportos da Região Nordeste movimentaram 35,0 milhões de passageiros.

Quase todos os aeroportos nordestinos apresentaram acréscimo no movimento de passageiros, com exceção dos aeroportos de Maceió (-2,6%) e de Imperatriz (-0,2%). Os aeroportos de Salvador, Recife e Fortaleza responderam por 65,2% do movimento total de passageiros nos aeroportos nordestinos em 2014.

3.2 Oferta hoteleira no Nordeste

A atividade de alojamento é a que mais está ligada a atividade turística. De acordo com dados do Ministério do Turismo (2014), o Brasil contava, em 2013, com 7.602 meios de hospedagem (MH) e 383,5 mil unidades habitacionais (UH). O Nordeste participa com 26,9% dos MH e 24,1% das UH (Tabela 7).

Em termos de unidades habitacionais (UHs), a capacidade instalada da rede hoteleira do Nordeste, saltou de 1.628 UHs em 2010 para 2.042 UHs em 2013, registrando aumento de 25,4%, ligeiramente superior a registrada pelo País (22,1%), nesse período. Bahia (27,4%), Ceará (16,9%), Pernambuco (11,7%) e Rio Grande do Norte, estados anfitriões da Copa de 2014, respondem por quase 65% do total da oferta de UHs da Região.

Vale ressaltar que esses dados referem-se somente aos prestadores de serviços de hospedagem re-

gularmente cadastrados no Sistema de Cadastro dos Empreendimentos, Equipamentos e Profissionais da Área de Turismo (CADASTUR).

3.2 Emprego na atividade turística no Nordeste

As atividades econômicas que envolvem o setor de turismo são definidas a partir da perspectiva da demanda, ou seja, como resultado do consumo dos turistas. Entretanto, diversos bens e serviços são consumidos tanto por turistas como por residentes, o que faz com que as estimativas relativas à ocupação do setor sejam superestimadas.

Objetivando reduzir essa distorção, o IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), com o apoio do Ministério do Turismo - Mtur, vem estruturando, desde 2003, o Sistema Integrado de Informações sobre o Mercado de Trabalho no Setor Turismo – SIMT.

Para tanto, o Instituto desenvolveu metodologia de cálculo dos coeficientes de atendimento turístico (através de pesquisa por telefone) visando realizar estimativas relativas ao emprego nas principais Atividades Características do Turismo – ACTs (conjunto de atividades que contemplam a maior parte dos gastos dos turistas). O estudo do IPEA utiliza, ainda, dados da Relação Anual de Informações Sociais - RAIS e da Pesquisa Nacional de Amostragem por Domicílio – PNAD.

As informações disponibilizadas pelo IPEA (fev/2015) referem-se ao mercado de trabalho das seguintes Atividades Características do Turismo (ACTs): alojamento, alimentação, transporte terrestre, transporte aéreo, transporte aquaviário, aluguel de transporte, agência de viagem e cultura e lazer.

As estimativas do IPEA apontam que o número de empregos nas ACTs no País atingiu 1.939 mil pes-

Tabela 7 – Oferta hoteleira - 2013/2010

Unidade Geográfica	2013			2010		
	Meios de hospedagem (MH)	Unidades habitacionais (UH)	Leitos	Meios de hospedagem (MH)	Unidades habitacionais (UH)	Leitos
Brasil	7.602	383.466	835.747	6.226	297.208	631.931
Nordeste	2.042	92.494	219.765	1.628	72.690	167.782
Maranhão	155	6.911	14.799	95	4.333	9.135
Piauí	98	3.106	6.797	71	1.908	4.248
Ceará	346	12.861	29.069	362	13.472	30.622
Rio Grande do Norte	182	9.413	26.081	153	8.023	19.593
Paraíba	173	6.321	16.062	97	3.821	9.785
Pernambuco	240	12.443	30.006	157	7.146	16.707
Alagoas	210	8.680	20.955	166	7.029	16.815
Sergipe	79	3.730	7.867	71	3.392	7.194
Bahia	559	29.029	68.129	456	23.566	53.683

Fonte: MTur (2011, 2014).

soas, em dezembro de 2013 (1.735,9 mil em dez/2006), sendo 51% ocupados no mercado formal. A Região Nordeste concentrou 23% das ocupações totais do País, com 450,8 mil pessoas alocadas no setor. Em relação a dezembro de 2006, registrou crescimento de 1,4% inferior ao apresentado pelo País (+11,7%). As ocupações informais respondiam por 63,8% do total da ocupação do setor em dezembro de 2013, porém a tendência é de queda visto que em dezembro de 2006, a fatia atingia 70,9% do pessoal ocupado na Região.

A tabela a seguir mostra a distribuição do pessoal ocupado segundo as ACTs no Nordeste.

Tabela 8 – Nordeste: ocupação nas atividades características do turismo - 2013/2006

ACTS	2013	2006	Var %
Alojamento	83.744	67.202	24,6
Alimentação	269.742	232.481	16,0
Transporte Terrestre	47.434	102.739	-53,8
Transporte Aquaviário	722	1.554	-53,5
Transporte Aéreo	5.375	1.709	214,5
Aluguel de Transportes	12.220	7.331	66,7
Agências de Viagem	18.154	16.320	11,2
Cultura e Lazer	13.448	15.201	-11,5
Total	450.839	444.537	1,4

Fonte: IPEA (2015). Posição de dezembro.

A atividade de Alimentação respondeu pela maior parte das ocupações (59,8%) do setor na Região em dezembro de 2013, sendo que 72,4% estavam no setor informal. Em seguida vêm as atividades de Alojamento e Transporte Terrestre que contribuíram com 18,6% e 10,5%, respectivamente, dos empregos do turismo.

Vale ressaltar que a ocupação nas atividades de Transporte Terrestre (-53,8%) e Transporte Aquaviário (-53,5%) decresceu enquanto que no Transporte Aéreo registrou incremento expressivo de 214,5%, no período dez.2013/dez.2006. Esse fato deve-se ao crescimento da demanda por serviços aéreos nos últimos anos motivada pela melhoria da economia como um todo, pela entrada de novas companhias aéreas, pelo aumento da renda da população que proporcionou a inclusão de passageiros das classes B e C bem como pelas facilidades de financiamento e promoções das passagens.

5 Considerações finais

Para o ano de 2015, a OMT estima um crescimento entre 3% e 4% no número de chegadas internacionais. No Brasil, a queda prevista do crescimento do PIB e os aumentos do dólar e da inflação podem

comprometer o desempenho do setor turístico no País. As perspectivas para o setor são, entretanto, de pequena expansão do turismo interno e externo, com continuação, entretanto, do déficit na balança de turismo brasileira.

Na Região Nordeste, a realização da Copa do Mundo, em quatro cidades sede (Salvador, Recife, Natal e Fortaleza) ensejou investimentos em ampliação de aeroportos, estrutura turística portuária, reforma de estádios e mobilidade urbana. Proporcionou, também, ampla divulgação da Região no exterior. Esses fatores aliados à indicação do Nordeste como o destino interno preferido dos brasileiros e o número de feriados em 2015, minimizarão os efeitos adversos da atual conjuntura macroeconômica sobre a atividade turística na Região.

REFERÊNCIAS

- BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Série histórica do Balanço de Pagamentos (anual)- 5ª edição do Manual de Balanço de Pagamentos e Posição de Investimento Internacional (BPM5)**. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/?SERIEBALPAGBPM5>. Acesso: 27 abr 2015.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Série histórica do Balanço de Pagamentos (mensal)- 5ª edição do Manual de Balanço de Pagamentos e Posição de Investimento Internacional (BPM5)**. Disponível em: <https://www3.bcb.gov.br/sgspub/consultarvalores/consultarValoresSeries.do?method=consultarValores>. Acesso em: 27 de abril de 2015.
- INFRAERO - EMPRESA BRASILEIRA DE INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUÁRIA. **Anuário estatístico operacional 2014**. Disponível em: <http://www.infraero.gov.br/index.php/br/estatistica-dos-aeroportos.html>. Acesso em: 07 mai 2015.
- MINISTÉRIO DOS ESPORTES. **Balanço Final para as Ações da Copa do Mundo da FIFA Brasil 2014 (6º Balanço)**. Dezembro/2014. Disponível em: http://www.esporte.gov.br/arquivos/assessoriaEspecialFutebol/copa2014/6_Balanco_Copa_dez_2014.pdf. Acesso em: 04 de maio de 2015.
- MINISTÉRIO DO TURISMO. **Anuários estatísticos, 2011 e 2014**. Disponível em: <http://www.dadosefatos.turismo.gov.br/dadosefatos/anuario/>. Acesso: dia 17 abril de 2015.
- MINISTÉRIO DO TURISMO/IPEA. **Relatório com as estimativas definitivas da ocupação formal e informal em ACTs, para o Brasil e regiões, produzido a partir dos dados da Rais* e da Pnad** (dados de 2013)**. 2015. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/150317_estimativas_ocupacao-2015.pdf. Acesso em: 04 de maio de 2015.

MINISTÉRIO DO TURISMO FIPE. **Caracterização e dimensionamento do turismo doméstico no Brasil – 2010/2011 - Relatório executivo.** Disponível em: http://www.dadosefatos.turismo.gov.br/export/sites/default/dadosefatos/demanda_turistica/domestica/downloads_domestica/Demanda_domestica_-_2012_-_Relatorio_Executivo_nov.pdf. Acesso em: 04 de maio de 2015.

MINISTÉRIO DO TURISMO /FIPE. **Caracterizações e Dimensionamento do Turismo Doméstico no Brasil.** Brasília: 2006.

WORLD ECONOMIC FORUM (WEF). **The Travel & Tourism Competitiveness Report 2015.** Disponível em: http://www3.weforum.org/docs/TT15/WEF_Global_Travel&Tourism_Report_2015.pdf. Acesso em: 11 mai 2015.

WORLD TOURISM ORGANIZATION (UNWTO). **World Tourism Barometer**, Abril 2015, v. 13. Disponível em: http://dtxqt4w60xqpw.cloudfront.net/sites/all/files/pdf/unwto_barom15_02_april_excerpt_.pdf. Acesso: dia 16 abril de 2015.

ANEXO

Atividades Características do Turismo – ACTs e subatividades selecionadas segundo classificação CNAE 2.0 (IPEA, 2015)

Alojamento

55.10-8 - Hotéis e similares

5510-8/01 - Hotéis

5510-8/02 - Apart-hotéis

5510-8/03 - Motéis

55.90-6 - Outros tipos de alojamento não especificados anteriormente

5590-6/01 - Albergues, exceto assistenciais

5590-6/02 - Campings

5590-6/03 - Pensões (alojamento)

5590-6/99 - Outros alojamentos não especificados anteriormente

Alimentação

56.11-2 - Restaurantes e outros estabelecimentos de serviços de alimentação e bebidas

5611-2/01 - Restaurantes e similares

5611-2/02 - Bares e outros estabelecimentos especializados em servir bebidas

5611-2/03 - Lanchonetes, casas de chá, de sucos e similares

56.12-1 - Serviços ambulantes de alimentação

5612-1/00 - Serviços ambulantes de alimentação

Transporte terrestre

49.23-0 - Transporte rodoviário de táxi

4923-0/01 - Serviço de táxi

4923-0/02 - Serviço de transporte de passageiros-locação de automóveis com motorista

49.29-9 - Transporte rodoviário coletivo de passageiros, sob regime de fretamento, e outros transportes rodoviários não especificados anteriormente

4929-9/01 - Transporte rodoviário coletivo de passageiros, sob regime de fretamento, municipal

4929-9/03 - Organização de excursões em veículos rodoviários próprios, municipal

4929-9/99 - Outros transportes rodoviários de passageiros não especificados anteriormente

49.50-7 - Trens turísticos, teleféricos e similares

4950-7/00 - Trens turísticos, teleféricos e similares

49.22-1 - Transporte rodoviário coletivo de passageiros, com itinerário fixo, intermunicipal, interestadual e internacional

4922-1/01 - Transporte rodoviário coletivo de passageiros, com itinerário fixo, intermunicipal, exceto em região metropolitana

4922-1/02 - Transporte rodoviário coletivo de passageiros, com itinerário fixo, interestadual

4922-1/03 - Transporte rodoviário coletivo de passageiros, com itinerário fixo, internacional

49.29-9 - Transporte rodoviário coletivo de passageiros, sob regime de fretamento, e outros transportes rodoviários não especificados anteriormente

4929-9/02 - Transporte rodoviário coletivo de passageiros, sob regime de fretamento intermunicipal, interestadual e internacional

4929-9/04 - Organização de excursões em veículos rodoviários próprios, intermunicipal, interestadual e internacional

Transporte aquaviário

50.11-4 - Transporte marítimo de cabotagem

5011-4/02 - Transporte marítimo de cabotagem - passageiros

50.12-2 - Transporte marítimo de longo curso

5012-2/02 - Transporte marítimo de longo curso - passageiro

50.22-0 - Transporte por navegação interior de passageiros em linhas regulares

5022-0/01 - Transporte por navegação interior de passageiros em linhas regulares, municipal, exceto travessia

5022-0/02 - Transporte por navegação interior de passageiros em linhas regulares, intermunicipal, interestadual e internacional, exceto travessia

- 50.91-2 - Transporte por navegação de travessia
 5091-2/01 - Transporte por navegação de travessia, municipal
 5091-2/02 - Transporte por navegação de travessia, intermunicipal
- 50.99-8 - Transporte aquaviários não especificados anteriormente
 50.99-8/01 - Transporte aquaviário para passeios turísticos
 50.99-8/99 - Outros transportes aquaviários não especificados anteriormente
- Transporte aéreo**
- 51.11-1 - Transporte aéreo de passageiros regular
 5111-1/00 - Transporte aéreo de passageiros regular
- 51.12-9 - Transporte aéreo de passageiros não regular
 5112-9/01 - Serviço de táxi aéreo e locação de aeronaves com tripulação
 5112-9/99 - Outros serviços de transporte de passageiros não regular
- Aluguel de Transporte**
- 77.11-0 - Locação de automóveis sem condutor
 7711-0/00 - Locação de automóveis sem condutor
- Agências de Viagem**
- 79.11-2 - Agências de viagens
 7911-2/00 - Agências de viagens
- 79.12-1 - Operadores turísticos
 7912-1/00 - Operadores turísticos
- 79.90-2 - Serviços de reserva e outros serviços de turismo não especificados anteriormente
 7990-2/00 - Serviços de reserva e outros serviços de turismo não especificados anteriormente
- Cultura e Lazer**
- 90.01-9 - Artes cênicas, espetáculos e atividades complementares
 9001-9/01 - Produção teatral
 9001-9/02 - Produção musical
 9001-9/03 - Produção de espetáculos de dança
- 9001-9/04 - Produção de espetáculos circenses, de marionetes e similares
 9001-9/05 - Produção de espetáculos de rodeios, vaquejadas e similares
 9001-9/99 - Artes cênicas, espetáculos e atividades complementares não especificadas anteriormente
- 91.02-3 - Atividades de museus e de exploração, restauração artística e conservação de lugares e prédios históricos e atrações similares
 9102-3/01 - Atividades de museus e de exploração de lugares e prédios históricos e atrações similares
- 91.03-1 - Atividades de jardins botânicos, zoológicos, parques nacionais, reservas ecológicas e áreas de proteção ambiental
 9103-1/00 - Atividades de jardins botânicos, zoológicos, parques nacionais, reservas ecológicas e áreas de proteção ambiental
- 92.00-3 - Atividades de exploração de jogos de azar e apostas
 9200-3/01 - Casas de bingo
 9200-3/02 - Exploração de apostas em corridas de cavalos
 9200-3/99 - Exploração de jogos de azar e apostas não especificados anteriormente
- 93.19-1 - Atividades esportivas não especificadas anteriormente
 9319-1/01 - Produção e promoção de eventos esportivos
 9319-1/99 - Outras atividades esportivas não especificadas anteriormente
- 93.21-2 - Parques de diversão e parques temáticos
 9321-2/00 - Parques de diversão e parques temáticos
- 93.29-8 - Atividades de recreação e lazer não especificadas anteriormente
 9329-8/01 - Discotecas, danceterias, salões de dança e similares
 9329-8/02 - Exploração de boliches
 9329-8/03 - Exploração de jogos de sinuca, bilhar e similares
 9329-8/04 - Exploração de jogos eletrônicos recreativos
 9329-8/99 - Outras atividades de recreação e lazer não especificadas anteriormente

EVOLUÇÃO DA CESTA BÁSICA REGIONAL – 1º SEMESTRE DE 2015

Antônio Ricardo de Norões Vidal

Economista. Mestre em Economia e Técnico do ETENE/Banco do Nordeste

A cesta da região Nordeste, em junho de 2015, é a menor entre as cinco regiões. Ela é menor em 11,3% da cesta nacional e 17,0% da cesta mais cara (Sudeste).

Em contrapartida, a evolução da cesta nordestina em 2015, comparada com o mesmo período de 2014, é maior que todas as outras cestas regionais, e encontrou seu ápice, no período em referência, em maio de 2015, quando subiu 15,6% em relação a maio de 2014.

A redução de 5,0% na cesta básica da região Nordeste em junho, comparada com maio, foi puxada por duas capitais: Salvador, -8,1% e Fortaleza, -5,5%, que representam 59,0% da cesta. As variações das outras capitais foram: Aracajú, -0,63%; João Pessoa, 1,87%; Natal, -3,1% e Recife, -3,8%.

Em Salvador, dois itens mais contribuíram para a queda de 8,1%: o tomate, -26,9% e a banana, -17,4%, que juntas representam 28,9% da cesta.

O item mais importante para explicar a queda de 5,5% da cesta em Fortaleza, foi o tomate com uma queda de 24,3% e que representa 18,1% da cesta.

A carne cresceu ou ficou estacionada aos preços de maio em todas as capitais do Nordeste, à exceção de Fortaleza, que caiu 1,0%. O tomate, por sua vez caiu em todas as capitais, à exceção de João Pessoa que cresceu 5,9%. A queda média nas outras capitais foi 18,4%.

2014 - 2015							
Valor da Cesta Básica no Brasil e suas Regiões, 2014 e 2015							
Período	Regiões, 2014 e 2015						
	Norte	Nordeste	Centro-Oeste	Sudeste	Sul	Brasil	
2014	Jan	311,99	267,64	293,10	317,52	308,00	300,72
	Fev	306,54	265,00	289,16	320,12	306,93	300,10
	Mar	308,29	273,67	320,50	344,18	341,84	319,35
	Abr	310,18	278,70	320,74	352,37	346,84	324,94
	Mai	313,92	287,44	320,39	358,15	351,94	330,55
	Jun	326,41	288,51	313,53	346,97	342,29	325,73
	Jul	319,16	277,92	294,14	336,16	321,84	313,65
	Ago	301,64	272,18	289,95	330,51	316,47	306,82
	Set	300,90	269,84	292,27	327,62	316,19	305,08
	Out	303,34	266,96	297,73	335,38	329,21	309,68
	Nov	307,61	265,91	311,20	336,45	331,64	312,00
	Dez	315,26	273,42	318,27	344,42	333,04	319,20
2015	Jan	314,90	288,87	341,36	361,48	348,62	334,42
	Fev	318,62	296,14	342,55	367,51	348,55	339,51
	Mar	330,00	298,18	340,05	368,55	354,71	341,99
	Abr	327,75	309,05	347,87	378,61	364,18	350,60
	Mai	341,76	332,41	362,83	394,30	376,03	367,69
	Jun	353,96	315,80	349,70	378,67	372,36	356,14
	Jul	-	-	-	-	-	-
	Ago	-	-	-	-	-	-
	Set	-	-	-	-	-	-
	Out	-	-	-	-	-	-
	Nov	-	-	-	-	-	-
	Dez	-	-	-	-	-	-
% mês	3,57	-5	-3,62	-3,96	-0,98	-3,14	
% mês ano ant.	8,44	9,46	11,53	9,14	8,78	9,34	
% mês (-1) ano ant.	8,87	15,64	13,25	10,09	6,84	11,24	
% mês (-2) ano ant.	5,66	10,89	8,46	7,45	5	7,9	
% ano	5,84	10,81	12,22	10,29	8,34	9,94	
% 12 meses	4,01	7,14	9,93	8,44	8,06	7,76	

Obs.: maiores informações sobre a metodologia de cálculo da cesta básica e outras informações econômicas sobre o Nordeste acessar o Portal da Revista BNB Conjuntura Econômica no link: http://www.bnb.gov.br/projwebren/Exec/rcePDF.aspx?cd_rce=47

2 - NÍVEL DE ATIVIDADE

2.1 Produto Interno Bruto (PIB)

2.2 Produção agropecuária

2.3 Produção industrial

2.4 Comércio e Serviços

2.1 Produto Interno Bruto (PIB)

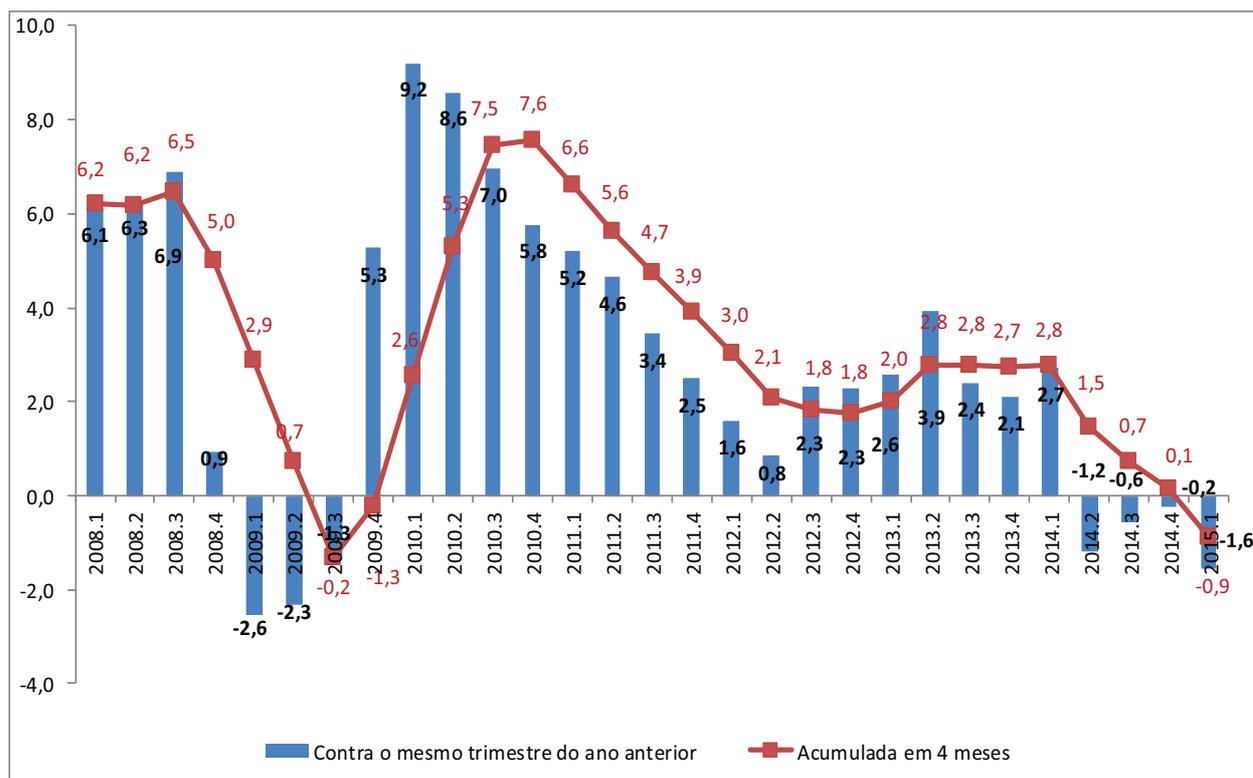
A divulgação do PIB do primeiro trimestre de 2015, após as mudanças metodológicas no Sistema de Contas Nacionais realizadas pelo IBGE, mostra que não houve alteração no quadro de desaceleração da atividade econômica que caracterizou a economia brasileira ao longo de 2014.

Esse quadro fica evidente quando se toma como base de comparação trimestre contra mesmo trimestre do ano anterior. A análise de um período recente (1998.1 a 2015.1) mostra que três quedas consecutivas na série histórica do PIB nessa base de comparação foram observadas anteriormente apenas em 1999, no

auge da crise financeira internacional, quando a queda do PIB atingiu os três primeiros trimestres desse ano. Mas, ao contrário do que aconteceu em 1999, os dados do primeiro trimestre de 2015 não mostram reversão dessa tendência. De acordo com as informações do IBGE, o PIB registrou queda de 1,6% no primeiro trimestre de 2015 na comparação com igual período de 2014 (Gráfico 1).

A comparação acumulada em quatro trimestres também mostra perda de dinamismo da economia brasileira, que, após iniciar o ano com crescimento de 2,8% teve desaceleração nos três trimestres seguintes. Nessa base de comparação, o primeiro trimestre de 2015 também começa com queda na taxa acumulada (-0,9%) (Gráfico 1).

Gráfico 1 - PIB: Evolução das taxas de crescimento trimestral e acumulado em quatro trimestres (em %) – 2008.1 a 2015.1.



Fonte: Contas Nacionais Trimestrais (IBGE). Elaboração: BNB/Etene.

No âmbito regional, as três maiores economias do Nordeste (Bahia, Pernambuco e Ceará) tiveram, segundo seus Institutos de Planejamento, desempenho bem acima do observado para a economia brasileira em 2014. As estimativas dos PIBs dessas economias para o primeiro trimestre de 2015 mostram, entretanto, que a economia do Nordeste começa a sofrer rebatimentos da desaceleração da economia brasileira (Gráfico 2).

De acordo com a Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), o nível de atividade econômica da Bahia teve retração de 1% no primeiro trimestre de 2015 em comparação com o primeiro trimestre de 2014 (Gráfico 2). Para os grandes setores, verificou-se recuo na indústria (-3,0%) e nos serviços (-1,1%), e expansão de 6,9% na agropecuária, o que colaborou para amenizar o desempenho negativo do PIB do Estado.

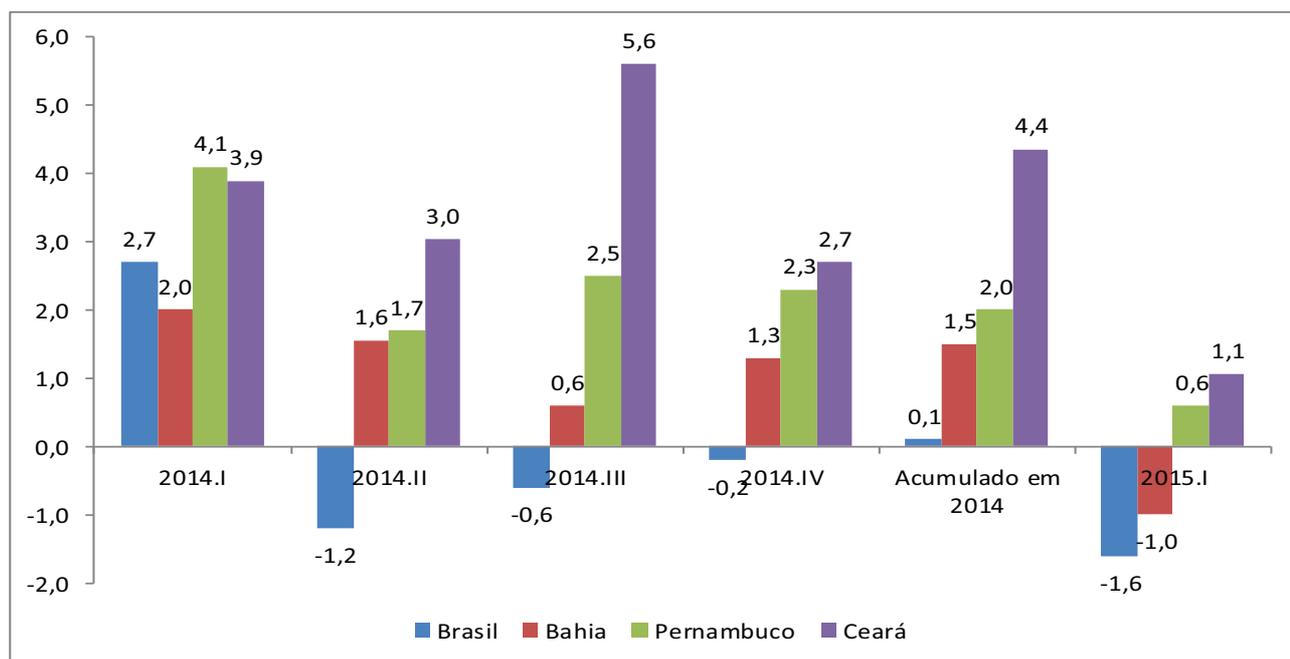
O Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE) estimou em 1,1% o crescimento do PIB do primeiro trimestre de 2015 em relação ao primeiro trimestre de 2014 (Gráfico 2). Em relação

aos setores que compõem o PIB, a indústria registrou queda de 2,5%, serviços e agropecuária cresceram 0,7 e 20,3%, respectivamente. O destaque positivo foi novamente o desempenho da agropecuária atribuído ao volume de chuvas do período, que foi superior ao registrado no mesmo período de 2014.

Segundo estimativas realizadas pela Agência CONDEPE/FIDEM, o PIB de Pernambuco cresceu 0,6% no primeiro trimestre de 2015 em relação ao mesmo período de 2014 (Gráfico 2). Esse desempenho foi resultado do comportamento positivo da agropecuária (8,0%) e da indústria (1,7%), e da estabilidade do setor de serviços 0,0%.

Para os próximos trimestres, a expectativa é que seja mantido o quadro recessivo que caracterizou a economia brasileira nos três últimos trimestres de 2014. A recessão projetada para a economia brasileira em 2015 deve-se a uma combinação de fatores, destaca-se a baixa confiança de empresários e consumidores, a alta de juros, o impacto negativo do ajuste sobre a demanda interna e a queda nos preços das *commodities*.

GRÁFICO 2 - Evolução das taxas de crescimento do PIB trimestral da Bahia, Pernambuco e Ceará - 2014.1 a 2015.

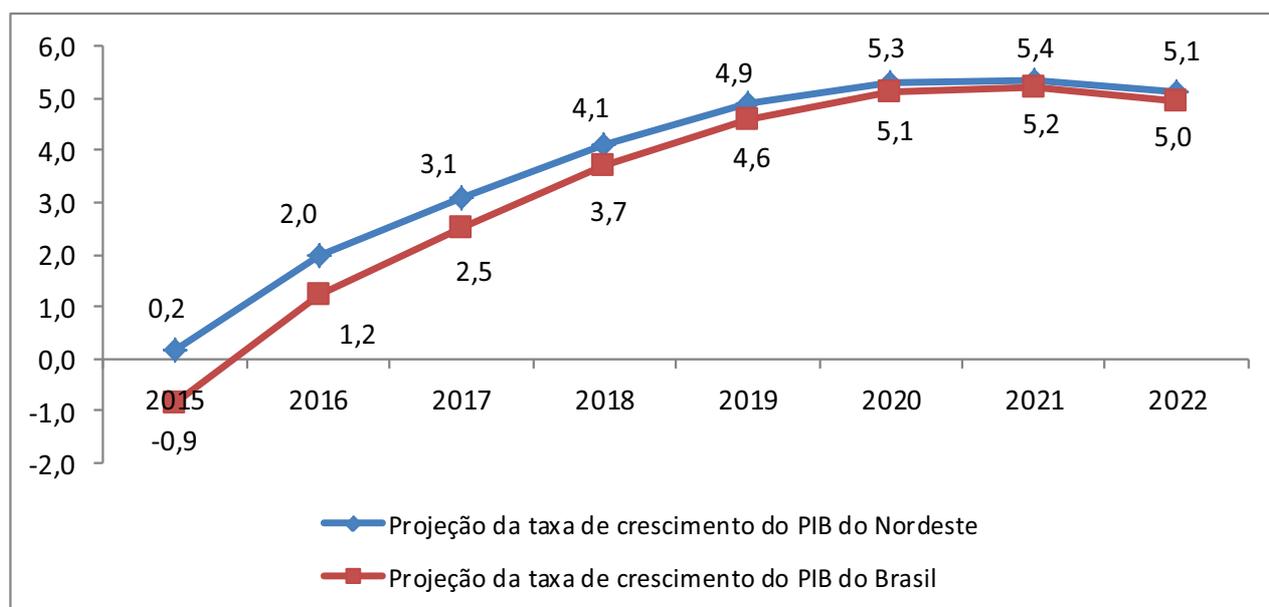


Fonte: IBGE, SEI, CONDEPE/FIDEM e IPECE. Elaboração: BNB/Etene.

No âmbito regional, as projeções do BNB/Etene são de que a economia nordestina tenha uma redução significativa no ritmo de crescimento, mas ainda mantendo-se em uma trajetória de crescimento acima da projetada para a economia brasileira. Apesar de

o crescimento projetado para a Região ser acima do projetado para o Brasil, a expectativa é que ocorra uma convergência nas taxas de crescimento no longo prazo (Gráfico 3). Para reduzir essa tendência se defende o fortalecimento da Política Regional como forma de reduzir as desigualdades regionais.

Gráfico 3 – Projeção do PIB do Brasil e do Nordeste – 2015 a 2022.



Fonte: Elaboração BNB/Etene.

REFERÊNCIAS

Agência Estadual de Planejamento e Pesquisa de Pernambuco. **Desempenho macroeconômico de Pernambuco no 1º trimestre de 2015**. Disponível em: < http://www.portais.pe.gov.br/c/document_library/get_file?uuid=db20c9f6-a5e3-4222-9403-5bead233c6a7&groupId=19941>. Acesso em: 01 jul. 2015.

Agência Estadual de Planejamento e Pesquisa de Pernambuco. **Produto Interno Bruto - PIB Pernambuco 2014/2015**. Disponível em: < http://www.portais.pe.gov.br/c/document_library/get_file?uuid=d0af3eac-e452-42dd-ab40-4a8c0b23a30e&groupId=19941>. Acesso em: 01 jul. 2015.

IBGE. **Indicadores: contas nacionais trimestrais**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/pib/defaultcnt.shtm>>. Acesso em: 01 jul. 2015.

Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará. **PIB Trimestral do Ceará: 1º Trimestre de 2015**. Disponível em: <<http://www.ipece.ce.gov.br/categoria2/pib/APRESENTACAO-PIB-1o-TRIM2015.pdf>>. Acesso em: 15 jul. 2015.

Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará. **IPECE Conjuntura**. Disponível em: <http://www.ipece.ce.gov.br/categoria2/ipece-conjuntura/IPECE_CONJUNTURA_N1_1_trim2015.pdf>. Acesso em: 01 jul. 2015.

Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. **Informativo PIB trimestral**. Disponível em: < http://www.sei.ba.gov.br/images/pib/pdf/estadual/trimestral/bol_PIB_trim_2015_1.pdf >. Acesso em:

01 jul. 2015.

Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. **Informativo PIB trimestral**. Disponível em: < http://www.sei.ba.gov.br/images/pib/pdf/estadual/trimestral/bol_PIB_trim_2015_1.pdf >. Acesso em: 01 jul. 2015.

Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. **Panorama Econômico Bahia 1º trimestre**. Disponível em: < http://www.sei.ba.gov.br/images/pib/pdf/estadual/trimestral/bol_PIB_trim_2015_1.pdf>. Acesso em: 01 jul. 2015.

2.2 Produção agropecuária

No período abril-junho de 2015, o indicador CEPEA/ESALQ da arroba do boi gordo reduziu-se em 2,7%, de forma oposta ao primeiro trimestre, finalizando junho em R\$ 143,67/arroba. Esta queda é um sinal de que o mercado, com a oferta de bois aos frigoríficos ainda restrita, está perdendo receita com as vendas no varejo, já que os consumidores estão ajustando sua renda, buscando substitutos para a carne bovina, como a carne de frango. Ainda assim, o indicador atingiu recorde de R\$ 150,65/arroba, em 20 de abril (CEPEA, 2015a).

A oferta restrita de boi gordo para os frigoríficos e a consequente alta no preço da carne colocou a agroindústria em uma situação delicada, o que fez o abate de bovinos cair 7,7%, segundo dados do IBGE, e obrigou algumas empresas líderes de mercado a fechar unidades, em mais de um estado, e a demitir centenas de funcionários, num processo de reengenharia para tentar reduzir custos, regular estoques e forçar a queda nos preços da arroba (SCOT CONSULTORIA, 2015). Além da baixa oferta de matéria-prima, o Governo

Federal conseguiu negociar a abertura de exportações para países que haviam embargado a carne bovina brasileira há alguns anos, como Estados Unidos e China, e tenta fazer o mesmo com o Japão, o que deve reduzir a oferta e consequentemente aumentar seu preço no mercado interno.

Mesmo com tal empenho, que só deve surtir efeito no segundo semestre, as exportações brasileiras de carne bovina caíram 20% em valor (US\$) e 16% em volume, na comparação do primeiro semestre de 2015 com o de 2014. Os países que mais deixaram de comprar carne brasileira foram Hong Kong, Rússia e Venezuela, o primeiro por conta da fiscalização chinesa para evitar o comércio ilegal, e os dois últimos, em razão da queda nos preços do petróleo, importante fonte de divisas para esses dois países (VALOR ECONÔMICO, 2015a).

Enquanto a carne bovina tem baixa nas exportações, um surto de gripe aviária que atinge os Estados Unidos, principal concorrente brasileiro nas exportações de carne de frango, favorece o Brasil na competição pelo mercado internacional, ao ponto da Associação Brasileira de Proteína Animal (ABPA) revisar para cima a estimativa de crescimento das exportações em 2015, de 3% para 5% (VALOR ECONÔMICO, 2015b).

O preço bruto do leite pago ao produtor, depois de vários meses caindo em 2014 e início de 2015, passou a subir no segundo trimestre do ano, em razão da entressafra nas principais regiões produtoras. A valorização foi de 11%, chegando o litro ao preço de R\$

1,0413. Ainda assim, comparados aos de anos anteriores, os preços atuais continuam baixos, em descompasso com os custos, que estão mais altos, havendo também casos de abate de fêmeas por conta dos elevados preços da arroba, fato que pode impactar negativamente a produção futura de leite (CEPEA, 2015b).

A Conab divulgou o décimo levantamento da safra nacional de grãos para 2014/2015, prevendo produção recorde de 206,3 milhões de toneladas, elevação de 6,6% sobre a safra de 2013/2014, finalizada em 193,6 milhões de toneladas. Em relação ao levantamento passado, de junho, houve um ganho de 1,81 milhão de toneladas, principalmente em razão do aumento de produtividade no milho de segunda safra e das lavouras de trigo (CONAB, 2015).

A única variação positiva, para culturas plantadas no Nordeste, ocorreu na produção de soja (21%), enquanto algodão, arroz, feijão e milho tiveram quedas na faixa de 8% a 15% (Tabela 1). No caso da soja, o aumento é resultado de maior produtividade na região do Matopiba (Sul do Maranhão e do Piauí, norte do Tocantins e noroeste da Bahia), na qual a fração nordestina, Piauí e Bahia, obtiveram incrementos de produtividade em torno dos 15%, em relação à safra passada, que poderiam ser maiores, caso as chuvas tivessem sido regulares nos estágios de plantio, no Piauí, e de crescimento da cultura, na Bahia. A Bahia continua sendo o maior estado produtor, com previsão de produção de 4,1 milhões de toneladas (metade do total da Região), 24,6% acima da safra de 2013/2014 (CONAB, 2015).

Tabela 1 – Comparativo da produção de grãos selecionados – Nordeste e Brasil

Produto (mil t)	Nordeste			Brasil		
	2013/2014	2014/2015	%	2013/2014	2014/2015	%
Algodão (caroço)	831,5	761,0	-8,5	2.670,6	2.320,4	-13,1
Arroz	914,6	776,9	-15,1	12.121,6	12.499,9	3,1
Feijão	674,1	608,9	-9,7	3.453,8	3.151,2	-8,8
Milho	7.574,5	6.657,6	-12,1	80.052,0	81.811,4	2,2
Soja	6.620,9	8.013,2	21,0	86.120,8	96.222,1	11,7

Fonte: CONAB (2015).

A Embrapa Soja lançou, no âmbito do plano de desenvolvimento agropecuário do Matopiba, do Governo Federal, um cultivar adaptado à Região, o BRS 8890RR, com produtividade semelhante às demais plantadas nesses estados, mas de ciclo precoce de 110 dias e resistência ao nematoide do cisto, praga comum no Norte e Nordeste (SNA, 2015).

No que se relaciona ao algodão, a queda na produção ocorre em razão dos baixos preços da fibra, numa conjuntura ainda desfavorável, tanto no mercado interno como externo, marcada por uma fase longa de estoques altos, que deprimem os preços da pluma e reduzem a área plantada, que vai para culturas atual-

mente mais lucrativas, como a soja. A Bahia, segundo maior produtor nacional e maior do Nordeste, deve perder 10% de produção, na safra 2014/2015, motivada principalmente pela redução da área plantada (de 319 mil para 281 mil hectares). Maranhão e Piauí, na contramão, devem aumentar área e produção, porque havia, no início do plantio, perspectivas de melhora nos preços do Centro-sul do País, que beneficiariam a produção local, fato que não se confirmou meses depois (CONAB, 2015).

O Maranhão concentra 71% do arroz produzido no Nordeste, e tanto produção e área sofrerão reduções (14% e 7%, respectivamente), que impactam decisiva-

mente na produção regional, que deve cair 15%, por conta dos custos elevados da cultura, da substituição pelo milho e da oferta do produto com melhor qualidade vindo de outras regiões (CONAB, 2015).

No caso do feijão, a queda de produção no Nordeste é de magnitude próxima à nacional (-9,7% contra -8,8%). A Bahia concentra 39% da produção nordestina, e deve aumentá-la em 17% no final da atual safra (para 309,7 mil toneladas), amenizando essa queda. Nos grandes produtores brasileiros, o principal motivo para queda na produção foi a redução de área plantada, em virtude da dificuldade de controle de pragas da cultura (CONAB, 2015).

Para o milho, o único estado nordestino que deve registrar aumento de produção é o Piauí (3,3%), enquanto a Bahia deve ter redução semelhante à do Nordeste (-12,2%), por conta do encolhimento da área em 7%, e ataque de pragas na principal região produtora do Estado, Barreiras, gerado pelas intensas chuvas do mês de abril. Em contraponto, a produção brasileira deve ter leve aumento de 2,2% na atual safra (CONAB, 2015).

Segundo o Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA) de junho de 2015, elaborado pelo IBGE, a produção nordestina de grãos continua superando a da região Sudeste, em volume, se desconsideradas no cálculo as lavouras de trigo e triticale, não produzidas no Nordeste – são 18,6 milhões de toneladas desta Região contra 18,2 milhões da primeira .

Cálculo recente do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), prevê que o Valor Bruto da Produção Agropecuária (VBP), em 2015, deverá ser de R\$ 477,5 bilhões, com a participação do Nordeste sendo de R\$ 47,9 bilhões (10%) (BRASIL, 2015a).

No início de junho, foi lançado o Plano Safra 2015/2016, destinando R\$ 187,7 bilhões para a agropecuária brasileira, montante 20% superior ao do plano anterior, sendo R\$ 149,5 bilhões para custeio e comercialização e R\$ 38,2 bilhões para investimento. Para os programas de custeio, os juros variam de 7,75% a 8,75% ao ano, enquanto nos programas de investimento, de 7,5% a 10,5% ao ano. São taxas mais altas que as do Plano Safra anterior, mas já esperadas pelo setor agropecuário em geral, tendo em vista a necessidade de uma política de crédito mais restritiva para enfrentar a atual situação econômica brasileira (BRASIL, 2015b).

E, no final de junho, o Governo Federal anunciou o Plano Safra da Agricultura Familiar, disponibilizando R\$ 26 bilhões em crédito subsidiado, no âmbito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), visando, além da disponibilização dos recursos, tentar corrigir alguns problemas comuns ao setor, estimulando a adesão dos produtores familiares a cooperativas, apoiando a agroindústria familiar, fomentando a assistência técnica onde o serviço

for precário e incentivando a produção agrícola ligada à conservação ambiental. As taxas são diferenciadas, de acordo com as vinte e duas linhas de Pronaf existentes, variando de 2,5% a 5,5% ao ano (BRASIL, 2015c).

Referências

- BRASIL (2015a). MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO-MAPA. **Valor bruto da produção agropecuária, Brasil, Regiões e Estados.** Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/portal/page/portal/Internet-MAPA/pagina-inicial/ministerio/gestao-estrategica/valor-bruto-da-producao>. Acesso em: 16.07.2015.
- _____. (2015b). MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO-MAPA. **Plano agrícola e pecuário 2015/2016.** Disponível em: http://www.agricultura.gov.br/arq_editor/folder%20pap%20web%20v2.pdf. Acesso em: 01.07.2015.
- _____. (2015c). MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO-MDA. **Plano safra 2015/2016 – agricultura familiar. Alimentos saudáveis para o Brasil.** Disponível em: http://www.mda.gov.br/sites/mda/sites/sitemda/files/user_arquivos_383/plano%20safra%20cartilha.pdf. Acesso em: 18.06.2015.
- CENTRO DE ESTUDOS AVANÇADOS EM ECONOMIA APLICADA-CEPEA (2015a). **Agromensal: pecuária: informações de mercado.** Disponível em: http://cepea.esalq.usp.br/agromensal/2015/04_abril/Pecuaria.htm. Acesso em: 18.06.2015.
- _____. (2015b). **Cepea/leite: forragens de inverno da região Sul ajudam a equilibrar oferta; preços seguem em recuperação.** Disponível em: http://www.cepea.esalq.usp.br/comunicacao/Cepea_Leite_Junho15.doc. Acesso em: 18.06.2015.
- COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO-CONAB (2015). **Acompanhamento da safra brasileira: grãos, safra 2014/2015, décimo levantamento.** Disponível em: http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/15_07_09_08_59_32_boletim_graos_julho_2015.pdf. Acesso em: 10.07.2015.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA-IBGE (2015). **Sidra: levantamento sistemático da produção agrícola, defasagem de dois meses.** Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/listabl.asp?c=1618&z=t&o=26>. Acesso em: 10.07. 2015.
- SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA-SNA (2015). **Agricultores vão contar com soja adaptada ao Matopiba já na safra 2015/2016.** Disponível em: <http://sna.agr.br/agricultores-vaoo-contrar-com-soja-adaptada-ao-matopiba-ja-na-safra-20152016/>. Acesso em: 10.07.2015.
- SCOT CONSULTORIA (2015). **Abate de bovinos cai**

7,7% no 1º trimestre e deve continuar a diminuir no ano. Disponível em: <https://www.scotconsultoria.com.br/noticias/scot-na-midia/39814/abate-de-bovinos-cai-77-no-1o-trimestre-e-deve-continuar-a-diminuir-no-ano.htm>. Acesso em: 06.07.2015.

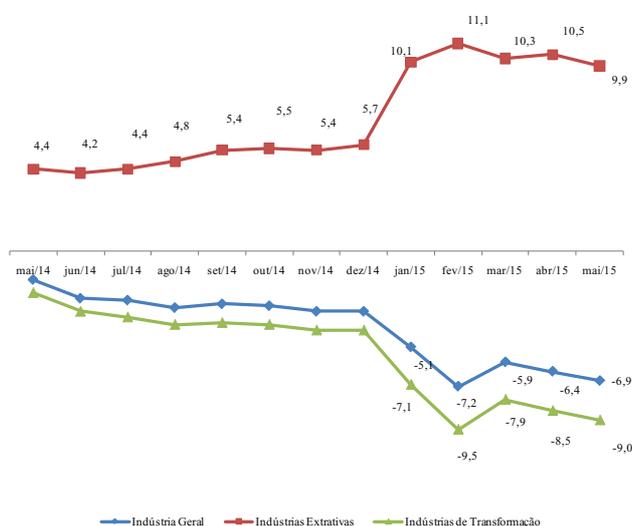
VALOR ECONÔMICO (2015a). Embarques de carne bovina recuam 20%. Disponível em: <http://www.valor.com.br/agro/4132728/embarques-de-carne-bovina-recuam-20#>. Acesso em: 14.07.2015.

____ (2015b). **Gripe aviária impulsiona exportações de frango.** Disponível em: <http://www.valor.com.br/agro/4134680/gripe-aviaria-impulsiona-exportacoes-de-frango>. Acesso em: 14.07.2015.

2.3 Produção industrial

De acordo com o IBGE (2015a), a produção física brasileira registrou alta de 0,6% em maio frente ao mês de abril de 2015. Mesmo com dado positivo interrompendo três meses de queda, o resultado da indústria geral brasileira ainda acumula no ano uma taxa de 6,9% de retração (Gráfico 1).

Gráfico 1 – Brasil - Evolução da variação percentual acumulada no ano da Produção Física Industrial por atividade - Maio/2014 a Maio/2015 (%)



Fonte: Elaboração BNB/ETENE com dados do IBGE (2015a).
Nota: Indicador da produção acumulada no ano até o mês de referência em relação a igual período do ano anterior. Dados divulgados pelo IBGE sujeitos a ajustes.

A indústria de transformação segue uma trajetória de declínio desde maio/2014, tendo registrado retração de 9,0% no acumulado do ano, sendo, portanto a principal responsável pelo fraco desempenho da indústria geral.

Das 25 atividades pesquisadas por IBGE (2015a), 13 atividades seguem com retração de forma

ininterrupta desde maio do ano passado. Os maiores registros de retração no acumulado do ano foram as atividades voltadas para a fabricação de equipamentos de informática que acumulou em maio de 2015 retração de 29,2%, seguida pelos veículos automotores, reboques e carrocerias com perdas no acumulado no ano em 22,3%. A produção de farmoquímicos e farmacêuticos segue com a terceira maior retração das atividades industriais, com redução em 18,1%. Já a produção de artigos do vestuário e acessórios e fabricação de produtos têxteis também registram perdas de 13,2% e 9,0% em seus parques fabris, respectivamente.

Por outro lado, os resultados dos indicadores de produção física das indústrias extrativas, a exemplo da mineração e da produção de petróleo e gás que são estratégicas para o desenvolvimento de cadeias produtivas de outros setores da economia (BICALHO & TAVARES, 2014), apresentam crescimento contínuo desde o segundo trimestre de 2014.

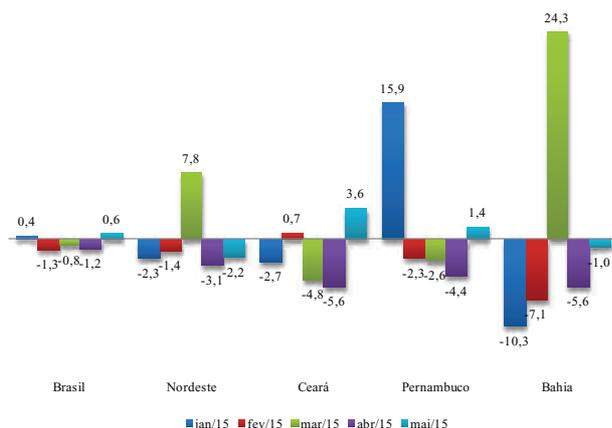
Apesar dos problemas enfrentados quanto à desvalorização das cotações de minério de ferro (queda nas cotações desde novembro de 2013) e do barril de petróleo (cotações em queda desde junho de 2014), as extrativas seguem com crescimento de 9,9% no acumulado do ano, registrando aumentos subsequentes em sua produção física desde o segundo trimestre de 2014 (IBGE, 2015a). Com maior produção de petróleo e gás e de minério de ferro (que participam em média com 35% e 55% da produção física do setor extrativo, respectivamente) e concomitantemente com uma leve recuperação de seus preços no mercado internacional a partir de abril/2015, a expectativa quanto ao setor será de registrar maiores patamares em sua produção física e valores em sua pauta exportadora.

Quanto à indústria regional, os estados do Ceará e Pernambuco registraram alta na produção física no mês de maio de 3,6% e 1,4% em relação a abril, respectivamente. Porém, a média da produção física regional encerrou o mês de maio com retração de 2,2% frente ao mês anterior (Gráfico 2).

No acumulado do ano, a produção física do Nordeste segue com retração de 6,0%. Este resultado reflete o menor dinamismo de atividades industriais na Região como a fabricação de coque, de produtos derivados do petróleo e biocombustíveis, da metalurgia e na fabricação de produtos de metal (exceto máquinas e equipamentos) que apresentaram retração em 21,0%, 19,8% e 19,2% em sua produção física no acumulado do ano, respectivamente (Gráfico 3).

Na Região, as atividades que acumulam expansão na produção física no indicador do acumulado do ano são: a fabricação de veículos automotores, reboques e carrocerias (29,0%), fabricação de celulose, papel e produtos de papel (7,1%) e fabricação de produtos alimentícios (3,6%) (Gráfico 3).

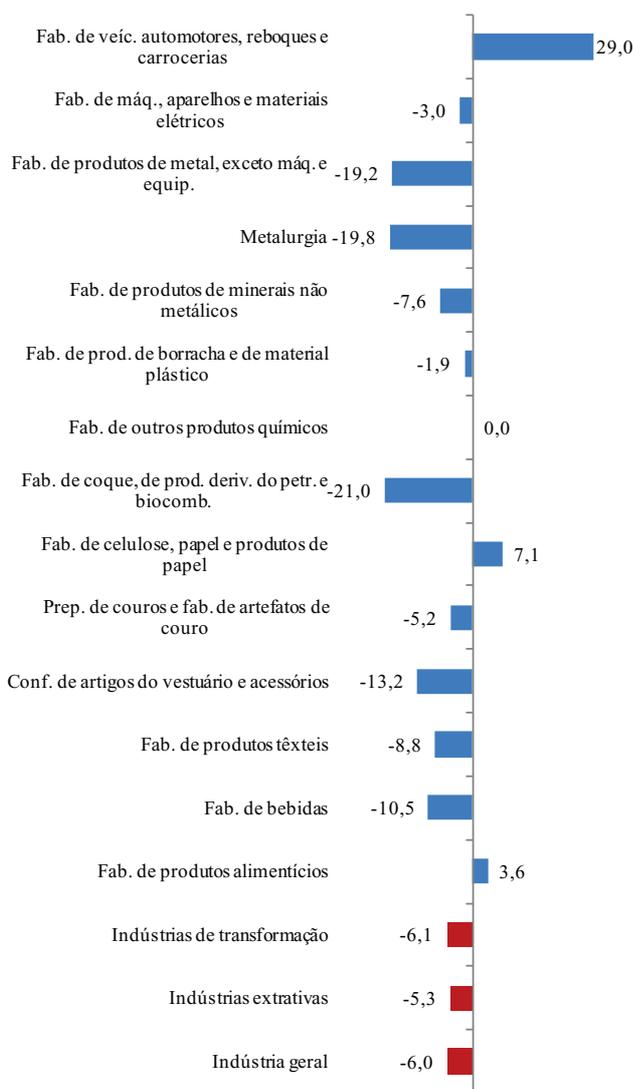
Gráfico 2 – Brasil, Nordeste e Estados selecionados – evolução mensal da Produção Física Industrial – Janeiro/2015 a Maio/2015 (%)



Fonte: Elaboração BNB/ETENE com dados do IBGE (2015a).

Nota: Indicador da produção do mês de referência com a do mês imediatamente anterior. Dados divulgados pelo IBGE sujeitos a ajustes.

Gráfico 3 – Nordeste - Variação percentual acumulada no ano da Produção Física Industrial, por atividade - Maio/2015 (%)



Fonte: Elaboração: BNB/ETENE com dados do (2015a).

Nota: Indicador da produção acumulada no ano (jan-mai) até o mês de referência em relação a igual período do ano anterior. Dados divulgados pelo IBGE sujeitos a ajustes.

No ramo de veículos automotores, a Bahia vem apresentando índices de crescimento desde janeiro, chegando a maio deste ano com acréscimo de 19,0% no acumulado do ano. A atividade de celulose e papel também apresenta destaque na Bahia, com alta de 3,8% no acumulado do ano, apresentando crescimento desde janeiro deste ano. Para a fabricação de produtos alimentícios, Pernambuco vem contribuindo positivamente para o crescimento regional do setor. No acumulado do ano, a produção de alimentos em Pernambuco encerrou maio com alta de 12,7%, enquanto a produção regional fechou maio com acréscimo de 3,6%, ambas as produções com crescimento em toda a série de maio de 2014 a 2015.

Referências

BICALHO, R.; TAVARES, F.B (2014). **Impactos do Setor de Petróleo na Economia Brasileira: Grandes Números do Setor de Petróleo e Gás**. Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA-IBGE (2015a). Pesquisa industrial mensal: produção física - Brasil. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/industria/pimpf/br/pim-pf-br_201505caderno.pdf> Acesso em: 06.07.2015.

_____ (2015b). **Pesquisa industrial mensal: produção física - regional**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/industria/pimpf/regional/default.shtm>> Acesso em: 14.05.2015.

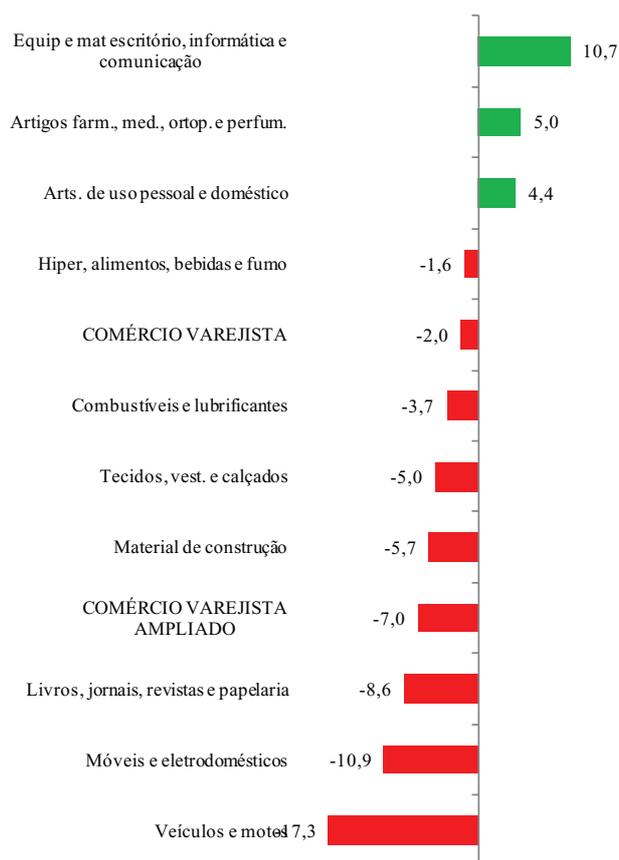
MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR-MDIC (2015). Exportação - média diária de julho/2015 (Valores em US\$ milhões FOB). Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=5&menu=567>> Acesso em: 21.07.2015.

2.4 Comércio e Serviços

2.4.1 Comércio

Em maio de 2015, o Comércio Varejista do País registrou variação de -0,9% no volume de vendas com relação ao mês anterior, sendo o quarto mês consecutivo com resultado negativo. Nesta mesma comparação, a variação da receita nominal permaneceu constante (0,0%). Nas demais confrontações, o varejo nacional apresentou, em termos de volume de vendas, decréscimo de 4,5% sobre maio do ano anterior, acumulando variações de -2,0% no ano e de -0,5% nos últimos 12 meses. Para os mesmos indicadores, a receita nominal de vendas apresentou variação de 1,9%, 4,1% e de 5,7%, respectivamente.

Gráfico 1 - Volume de vendas do comércio no Brasil – acumulado no ano – taxa de variação (%)



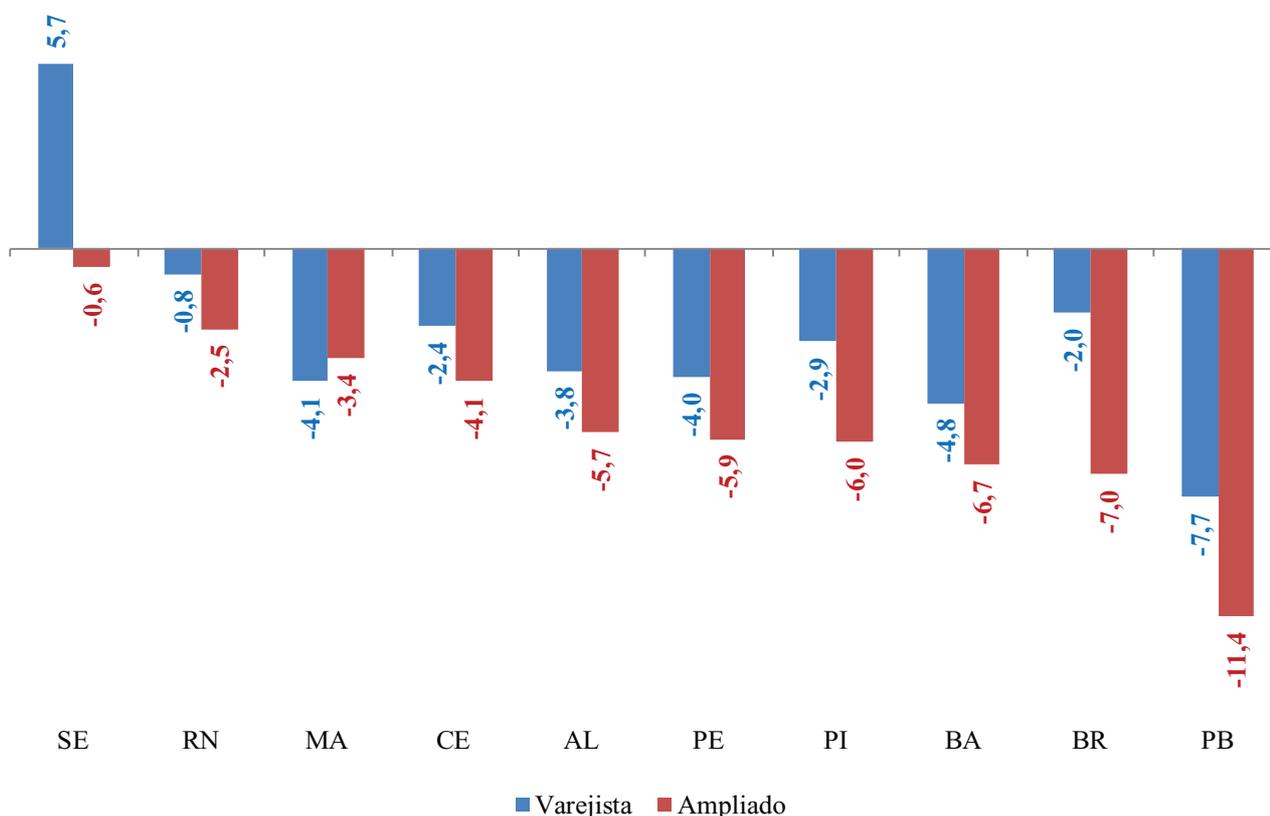
Fonte: Elaboração BNB/ETENE com dados do IBGE (2015).

O Comércio Varejista Ampliado, que inclui o varejo e mais as atividades de veículos, motos, partes e peças e de material de construção, permaneceu em queda sobre o mês imediatamente anterior (-1,8%), sendo o sexto resultado consecutivo negativo. No caso da receita nominal, a variação foi de -0,9%. Em relação ao mesmo mês do ano anterior, foram registradas variações de -10,4% para o volume de vendas e de -4,2% na receita nominal de vendas. No que tange aos resultados acumulados, as taxas foram de -7,0% no ano e de -5,0% nos últimos 12 meses, para o volume de vendas, e de -1,1% e 0,8% para a receita nominal, respectivamente.

No acumulado do ano, apenas três das dez atividades investigadas na pesquisa registraram resultados positivos para o volume de vendas, ou seja, equipamentos e material para escritório, informática e comunicação com 10,7%), artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos e perfumaria com 5,0% e artigos de uso pessoal e doméstico com 4,4% (Gráfico 1).

Quanto à análise regional, todos os estados do Nordeste registraram variações negativas no volume de vendas do comércio, em termos de valores acumulados no ano. A única exceção foi Sergipe em termos de comércio varejista, que apresentou variação positiva de 5,7% (Gráfico 2).

Gráfico 2 – Variação do volume de vendas - Estados do Nordeste e Brasil – acumulado no ano



Fonte: Elaboração BNB/ETENE com dados do IBGE (2015).

Analisa-se em seguida o potencial de vendas do comércio de acordo com os dados da pesquisa nacional Intenção de Consumo das Famílias (ICF), implementada pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC). O indicador tem capacidade de medir a avaliação que os consumidores fazem dos aspectos importantes da condição de vida de suas famílias, tais como capacidade de consumo atual e de curto prazo, nível de renda doméstico, condições de crédito, segurança no emprego e qualidade de consumo presente e futuro (CNC, 2015a).

Os resultados da ICF podem ser avaliados sob dois ângulos. O primeiro é o grau de satisfação e insatisfação dos consumidores, por meio de sua dimensão, já que o índice abaixo de 100 pontos indica uma percepção de insatisfação, enquanto o acima de 100 (com limite de 200 pontos) mostra o grau de satisfação em termos de seu emprego, renda e capacidade de consumo. O segundo ângulo é o da tendência desse grau de satisfação e insatisfação, por meio das variações mensais da ICF total.

A Intenção de Consumo das Famílias (ICF) registrou queda de 5,3% em julho desse ano na comparação com o mês imediatamente anterior e 27,9% em relação a julho de 2014. O índice reduziu-se para 86,9 pontos, ou seja, continua abaixo da zona de indiferença, o que indica uma percepção de insatisfação com a situação atual.

Na mesma base comparativa, o ICF para o Nordeste registrou queda de 4,6% em junho de 2015 na comparação com o mês imediatamente anterior e 21,4% em relação a julho de 2014. O índice caiu para 104,5 pontos, mas ainda indica um nível de satisfação na Região.

A CNC realiza ainda a pesquisa denominada Índice de Confiança do Empresário do Comércio (ICEC). O ICEC é indicador antecedente apurado exclusivamente entre os tomadores de decisão das empresas do varejo, cujo objetivo é detectar as tendências das ações do setor do ponto de vista do empresário. A amostra é composta por aproximadamente 6 mil empresas situadas em todas as capitais do País, e os índices, apurados mensalmente, apresentam dispersões que variam de zero a duzentos pontos (CNC, 2015b).

Em junho, o índice interrompeu uma sequência de oito meses de quedas iniciada em setembro de 2014, registrando alta de 0,6%, embora apresente queda de -21,1% em comparação com junho de 2014. O ICEC atingiu 89,8 pontos em junho.

O ICEC para o Nordeste registrou alta de 1,0% em junho, mas com queda de 22,1% em comparação com junho de 2014. O ICEC do Nordeste foi de 89,8 pontos em junho.

Confederação Nacional do Comércio-CNC (2015a). **Pesquisa de intenção de consumo das famílias.** – Disponível em: www.cnc.org.br>. Acesso em 16.07.2015.

_____. (2015b). **Pesquisa do índice de confiança do empresário do comércio.** Disponível em: www.cnc.org.br. Acesso em: 16.07.2015.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE (2015). **Pesquisa mensal do comércio.** Disponível em: www.ibge.gov.br. Acesso em: 16.07.2015.

2.4.2 Serviços

De acordo com a Pesquisa Mensal dos Serviços (PMS) do IBGE, as receitas nominais do setor no Brasil cresceram 2,3% de janeiro a maio de 2015 em relação ao mesmo período do ano anterior. Entre os 27 estados pesquisados, vinte registraram resultado inferior à média nacional, sendo que dez deles com variação negativa. O transporte aquaviário (18,7%) e os serviços administrativos e complementares (9,5%) foram as atividades com melhor desempenho no período. Em sentido oposto, os serviços audiovisuais, de edição e agências de notícias (-4,8%) registraram a queda mais significativa.

A receita média do setor para os estados da região Nordeste (2,0%) ficou abaixo da variação nacional até maio de 2015, tendo dois estados apresentado desempenho superior em relação ao País: Bahia (4,6%) e Ceará (4,0%). Por outro lado, o Maranhão apresentou variação negativa de 7,1%.

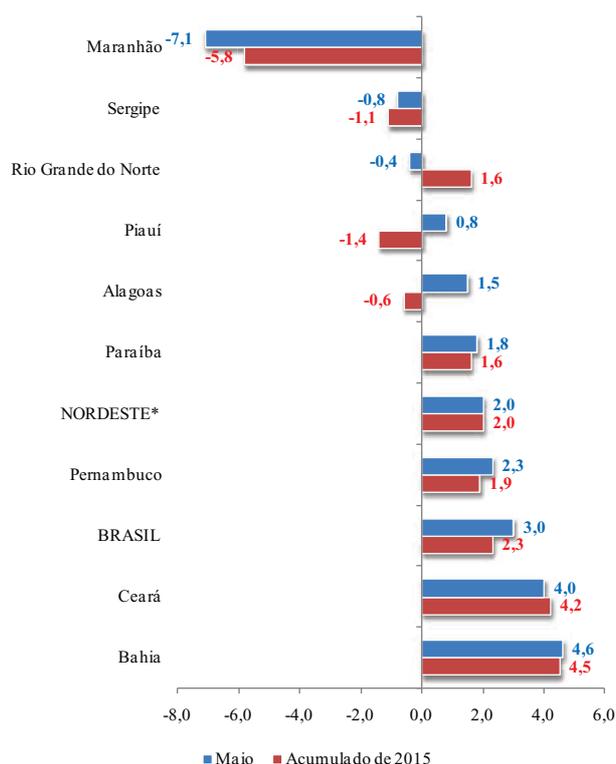
A Pesquisa Mensal de Serviços disponibiliza, entre os estados do Nordeste, dados detalhados por atividade apenas para a Bahia, Ceará e Pernambuco. Nos cinco primeiros meses de 2015, os três estados apresentaram favorável desempenho em termos de serviços profissionais, administrativos e complementares além de transportes, serviços auxiliares aos transportes e correio. Além disso, ocorreu um forte crescimento em outros serviços no Ceará.

No acumulado do ano até maio, a receita nominal do setor apresentou crescimento em relação ao mesmo período do ano anterior de 2,3% no Brasil e 2,0% na média dos estados do Nordeste. Esses dois resultados representam o pior resultado da série desde 2012. Entre os nove estados da Região, apenas Bahia (4,5%) e Ceará (4,0%) obtiveram desempenho superior ao Brasil (Gráfico 1). Quatro estados registram no acumulado do ano variação negativa: Maranhão (-5,8%), Piauí (-1,4%), Sergipe (-0,8%) e Alagoas (-0,6%).

Gráfico 1 – Variação percentual das receitas nominais dos serviços empresariais não financeiros, exceto saúde e educação – Brasil, Nordeste e estados da Região

Referência

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA-IBGE (2015). **Pesquisa Mensal de Serviços - Maio de 2015**. Rio de Janeiro.



Fonte: IBGE (2015).

Notas:

- (1) Os dados de maio referem-se à variação percentual de maio de 2015 em comparação com o mesmo mês do ano anterior.
- (2) A taxa de variação do Nordeste foi calculada pela média ponderada das variações estaduais na Região utilizando-se a participação estadual do VAB do Setor de Serviços em 2012, excluindo-se as atividades de comércio; administração, educação e saúde pública; além de intermediação financeira e seguros.

Tabela 1 - Variação percentual das receitas nominais dos serviços empresariais não financeiros, exceto saúde e educação por atividade – Brasil, Nordeste e estados pesquisados

Atividades de Serviços	Brasil		Ceará		Pernambuco		Bahia	
	Maio(1)	2015(2)	Maio(1)	2015(2)	Maio(1)	2015(2)	Maio(1)	2015(2)
Serviços prestados às famílias	0,8	3,6	6,9	10,0	0,1	3,7	6,4	9,7
Serviços de informação e comunicação	0,7	0,2	-2,4	-5,1	-4,8	-4,5	-3,8	-4,1
Serviços profissionais, administrativos e complementares	6,9	6,0	4,2	5,8	6,2	5,8	6,0	5,6
Transportes, serviços auxiliares aos transportes e correio	3,6	2,2	2,5	1,4	6,2	3,6	10,1	9,7
Outros serviços	1,1	0,5	23,6	26,8	7,9	6,9	2,6	1,0
Total	3,0	2,3	4,0	4,2	2,3	1,9	4,6	4,5

Fonte: IBGE (2015).

Notas:

- (1) Variação relativa ao período encerrado em maio em comparação com o mesmo mês do ano anterior.
- (2) Variação acumulada do ano.

3 - EMPREGO E RENDIMENTO

MERCADO DE TRABALHO

Mercado de trabalho formal

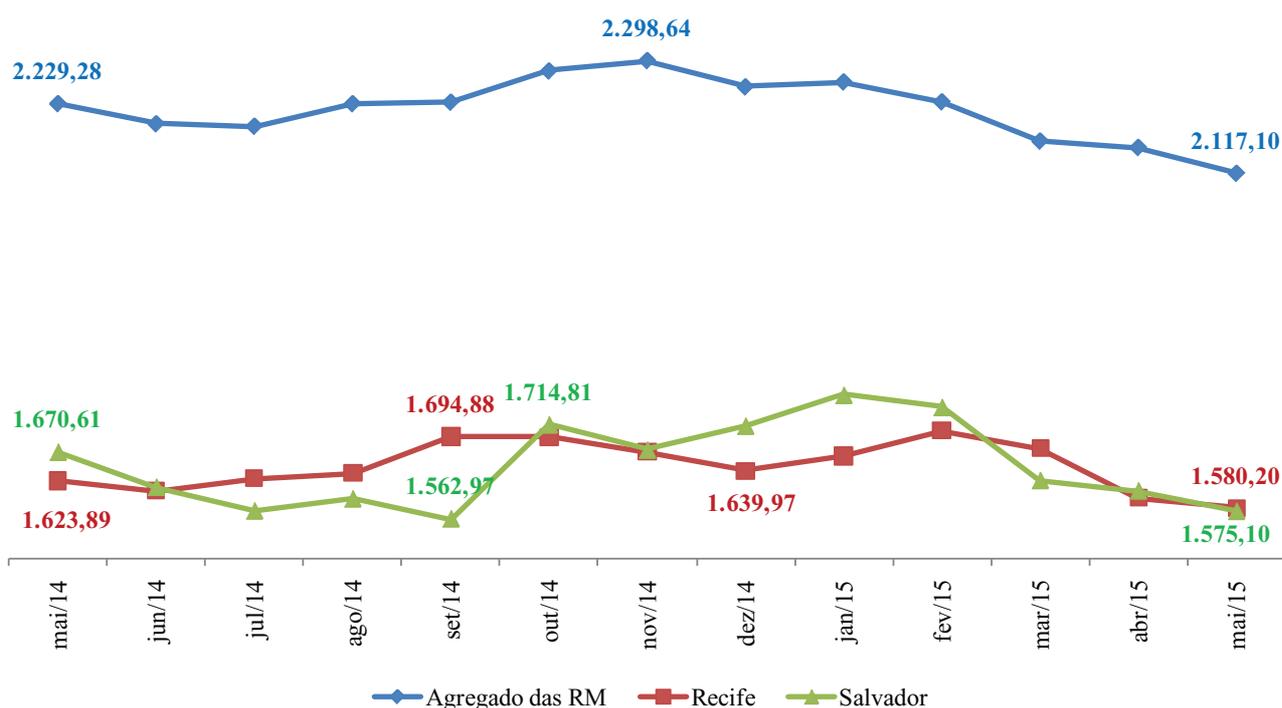
O mercado de trabalho brasileiro continua a mostrar sinais de deterioração, sofrendo influência da retração da economia observada no presente ano. A taxa de desocupação medida pela Pesquisa Mensal de Emprego (PME), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), chegou a 6,7% em maio de 2015, atingindo o maior valor para o mês de maio desde 2010. A taxa de desocupação mostrou certa estabilidade estatística em comparação com a taxa de abril/2015 (6,4%), mas subiu em relação àquela observada em maio/2014, que era de 4,9%.

O crescimento da taxa em relação ao mesmo mês de 2014 deveu-se ao relevante aumento (38,5%) do contingente de desocupados. No Nordeste, Recife

(8,5%) e Salvador (11,3%) apresentam taxas de desocupação acima da média nacional, em ambos os casos seguindo o comportamento apresentado no cenário nacional em relação ao mesmo mês do ano anterior, já que em Recife a taxa de desocupação era de 7,2% em maio/2014, enquanto que em Salvador era de 9,2%. Já em relação a abril/2015, a taxa de desocupação apresentou crescimento significativo em Recife (de 7,8% para 8,5%), enquanto que em Salvador manteve-se no mesmo patamar.

Considerando-se os dados da PME, ressalta-se que está havendo queda do rendimento médio concomitante com aumento da taxa de desocupação. O rendimento médio real habitual dos ocupados no agregado nacional (R\$ 2.117,10) caiu 1,9% em relação a abril de 2015 (R\$ 2.158,74) e recuou 5% em relação a maio

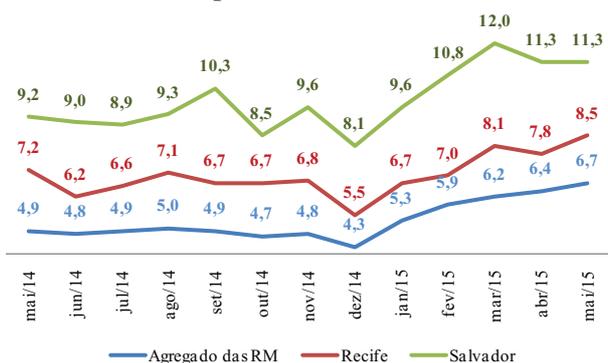
Gráfico 2 – Rendimento médio real habitual da população ocupada, por Região Metropolitana: Maio/2014 a Maio/2015 (R\$ de Maio/2015)



Fonte: Elaboração BNB/ETENE com dados do IBGE (2015).

de 2014 (R\$ 2.229,28), configurando a quarta queda seguida no rendimento médio real no mês. O cenário observado nas regiões metropolitanas de Recife e Salvador foi semelhante, com quedas de 1% e 2% em relação a abril e 2,7% e 5,7% em relação a maio/2014, respectivamente. O Gráfico 1 apresenta o comportamento da taxa de desocupação, enquanto o Gráfico 2 mostra a evolução do rendimento médio habitual, ao longo dos últimos meses, para o agregado nacional e as metrópoles nordestinas.

Gráfico 1 - Taxa de desocupação das pessoas com 10 anos ou mais de idade, por Região Metropolitana: Maio/2014 a Maio/2015



Fonte: Elaboração BNB/ETENE com dados do IBGE (2015).

A observação simultânea dos dois gráficos permite que se perceba a tendência de deterioração do mercado de trabalho nos últimos meses, com elevação da taxa de desocupação e diminuição do rendimento médio dos trabalhadores. Essa diminuição do rendimento médio sinaliza a piora das condições nos setores que melhor remuneraram os trabalhadores, notadamente a indústria de transformação.

Considerando-se os dados do CAGED, os primeiros cinco meses de 2015 (Janeiro a Maio) apresentaram um resultado com perda de empregos formais e redução do saldo líquido acumulado, totalizando o fechamento de 243.948 vagas no mercado de trabalho nacional, diferente do que ocorreu em 2014, já que no mesmo período daquele ano o saldo líquido foi positivo, com 543.241 vagas.

Ainda no contexto nacional, no mesmo período (janeiro-maio/2015), o comércio (-159,3 mil), a construção civil (-108,5 mil) e a indústria (-104,2 mil) foram os setores responsáveis pelo saldo líquido negativo de geração de emprego no mercado de trabalho, tendo em vista que os demais setores apresentaram saldo líquido positivo. Embora o setor de serviços (78,1 mil) e a agropecuária (35,6 mil) tenham apresentado saldo líquido positivo no período, os resultados foram inferiores àqueles alcançados no mesmo período de 2014 (346,2 mil e 67,4 mil, respectivamente). Observando-se com maiores detalhes o desempenho setorial, percebe-se que, para o agregado nacional, há forte influência no resultado negativo daqueles setores que fazem parte

da cadeia produtiva da indústria automobilística: indústria metalúrgica (-19,1 mil vagas), indústria mecânica (-20,2 mil vagas), indústria do material de transporte (-27,4 mil vagas) e comércio varejista (-154,6 mil), esse último recebendo menor influência negativa da produção e venda de automóveis, por conter diversos segmentos. Esse fato reforça a preocupação permanente do governo com o desempenho do setor automotivo, demonstrado nos últimos anos com a implementação de políticas de isenção fiscal.

Em termos regionais, no período janeiro-maio/2015 percebe-se que o resultado do mercado de trabalho formal do Nordeste totalizou um saldo líquido negativo de 152.342 vagas, resultado também menos favorável do que o ocorrido no mesmo período do ano anterior (-28.605).

Em termos estaduais, quase todos os estados, com exceção do Piauí (saldo líquido de 800 vagas), apresentam saldo líquido negativo no período, tendo os piores desempenhos os estados de Pernambuco (-63,1 mil), Alagoas (-24,9 mil) e Bahia (-14,4 mil).

Todos os setores contribuíram para o resultado negativo, com maior peso para a indústria, a construção civil e o comércio. Em Pernambuco, estado com as maiores perdas, a principal contribuição negativa vem da indústria de transformação, especialmente do setor sucroalcooleiro, mesmo cenário encontrado em Alagoas. Já na Bahia, a construção civil tem sido o setor que mais contribui para o cenário negativo no mercado de trabalho. A situação de saldo líquido negativo no comércio tem se mostrado persistente em nível regional ao longo de 2015, o que deve ser consequência do cenário concomitante de aumento do desemprego e queda do rendimento médio, conforme citado anteriormente com base na PME. Convém mencionar que, comparando-se os dados setoriais com os ocorridos no mesmo período de 2014, apenas no caso da indústria o resultado de Janeiro a Maio de 2015 (-40,1 mil) não foi pior do que o de 2014 (-66,3 mil).

Referências

- BRASIL (2015). MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO – MTE (2015). **Evolução de emprego do CAGED**. Disponível em <http://bi.mte.gov.br/eec/pages/consultas/evolucaoEmprego/consultaEvolucaoEmprego.xhtml#relatorioSetor>. Acesso em: 08.07.2015.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE (2015). **Pesquisa mensal de emprego – nova metodologia**. Disponível em <http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/acervo/acervo9.asp?ti=2040&tf=9999&e=c&p=PE&z=t&o=16>. Acesso em: 07.07.2015.

4 - SETOR EXTERNO

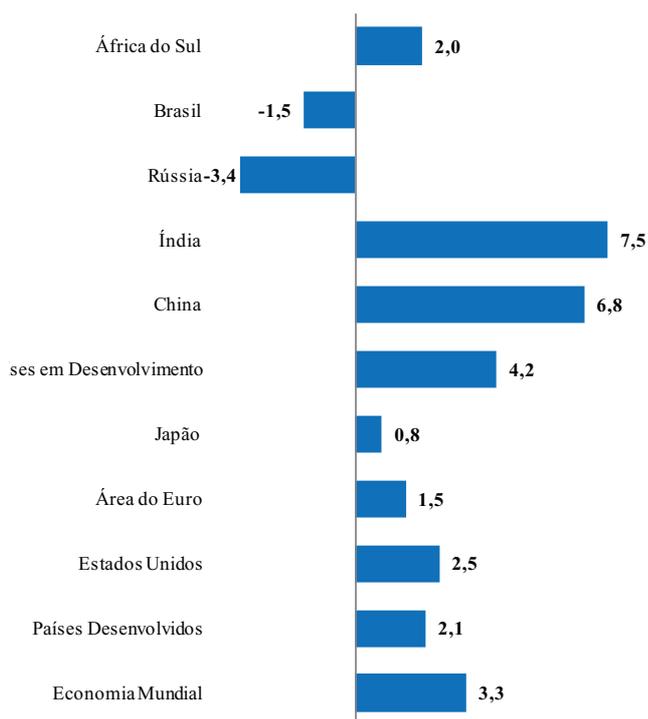
4.1 CENÁRIO INTERNACIONAL

4.2 COMÉRCIO EXTERIOR

4.1 Cenário internacional

Conforme as Nações Unidas (2015), o crescimento do Produto Interno Bruto-PIB mundial está sendo estimado em 2,8% em 2015, aumentando para 3,1% em 2016. Por sua vez, o FMI (2015) apresenta números ligeiramente mais otimistas, ou seja, 3,3% e 3,8% em 2015 e 2016, respectivamente (Gráfico 1).

Gráfico 1 - Projeções das taxa de crescimento do PIB em 2015



Fonte: FMI (2015).

A divergência de crescimento entre os diferentes países tende a aumentar em 2015, em virtude do término do chamado “superciclo das commodities”. Os países desenvolvidos devem se expandir a taxas mais modestas em comparação com os países em desenvolvimento. China e Índia apresentam perspectivas de elevado crescimento econômico ao passo que Rússia e Brasil estão sentindo mais fortemente as consequ-

ências da conjuntura internacional. As perspectivas de crescimento econômico, a curto prazo, tendem a ser dificultadas para as nações altamente dependentes da exportação de produtos primários. Em contrapartida, os importadores de combustíveis, minérios e produtos agropecuários devem se beneficiar dos preços mais baixos, o que deverá contribuir para reduzir a inflação, diminuir as pressões fiscais e melhorar a situação no balanço de pagamentos desses países.

Nações em diferentes estágios de desenvolvimento ainda sofrem os impactos da crise econômica e financeira global de 2008. Assim, os reduzidos níveis de investimentos a nível mundial não somente travam as atuais taxas de crescimento, mas também freiam a perspectiva de expansão econômica nos próximos anos.

Os principais riscos para a economia mundial estão relacionados com os conflitos geopolíticos, os ajustes ora em curso na política monetária dos Estados Unidos, as incertezas na área do euro, em especial a crise na Grécia e um possível contágio para outros países da União Europeia, além das vulnerabilidades persistentes em diferentes países em desenvolvimento.

Para mitigar esses riscos e assegurar um regresso aos níveis de crescimento sustentáveis, um amplo conjunto de políticas a nível nacional e global necessita ser adotado. As Nações Unidas (2015) assinalam que os desafios estão presentes nas áreas de política fiscal, monetária e comercial, além do mercado de trabalho, enfatizando a necessidade de uma coordenação macroeconômica global. Tal coordenação torna-se fundamental para que os países possam elaborar e implementar uma agenda de desenvolvimento sustentável.

Referências

Fundo Monetário Internacional-FMI (2015). **World economic outlook update**. Disponível em: <http://www.imf.org/external/pubs/ft/weo/2015/update/02/pdf/0715.pdf>. Acesso em: 17.07.2015.

Nações Unidas-UN (2015). **World economic situation and prospects 2015 – update as of mid 2015**. Disponível em: http://www.un.org/en/development/desa/policy/wesp/wesp_archive/2015wesp_myu_en.pdf. Acesso em: 17.07.2015

4.2 Comércio exterior

Nos primeiros seis meses de 2015, as exportações brasileiras somaram US\$ 94.329,1 milhões, queda de 14,7% em relação ao mesmo período do ano passado, devido, principalmente, à retração dos preços das commodities no mercado internacional. As importações, por seu turno, afetadas pela redução da atividade econômica e pela valorização do dólar, totalizaram US\$ 92.108,4 milhões com decréscimo de 18,5% no período analisado. A balança comercial, portanto, acumulou superávit de US\$ 2.220,7 milhões, melhor resultado para o período desde 2012, conforme (BRASIL, 2015).

O detalhamento das exportações brasileiras por fator agregado mostra que, de janeiro a junho deste ano, as vendas dos produtos básicos representaram 46,7% da pauta, seguida dos manufaturados (37,2%) e semimanufaturados (13,6%). Comparativamente ao mesmo período de 2014, todas as classes registraram retrocesso nas exportações: básicos (-21,6%), manufaturados (-7,9%), e semimanufaturados (-3,9%).

Soja, mesmo triturada, exceto para sementeira (13,2%), óleos brutos de petróleo (6,8%), minérios de ferro e seus concentrados (5,3%), café não torrado, em grão (3,0%) e outros açúcares de cana (2,8%) foram os principais produtos exportados. Comparando-se o primeiro semestre de 2015 em relação ao primeiro semestre de 2014, apenas café não torrado, em grão registrou crescimento do valor exportado (+9,2%). Os demais produtos registraram queda: soja, mesmo triturada, exceto para sementeira (-22,5%), óleos brutos de petróleo (-6,1%), minérios de ferro não aglomerados e seus concentrados (-55,3%) e outros açúcares de cana (-13,8%).

A China (19,6%) e Estados Unidos (12,6%) foram os principais destinos das vendas externas brasileiras, porém registraram diminuição de 22,6% e 6,3%, respectivamente, nas compras nesse período.

Já as importações brasileiras, segundo categoria de uso, mostram que o País distribuiu as compras em Bens de Capital (28,6%), Bens Intermediários (42,0%), Bens de Consumo (14,3%) e Combustíveis e Lubrificantes (15,0%). Todas as categorias de produtos acumularam queda no semestre: em Bens de Capital (-17,6%), Bens Intermediários (-12,8%), Bens de Consumo (13,3%) e Combustíveis e Lubrificantes (-35,6%). A redução do valor importado no grupo dos Combustíveis e Lubrificantes foi ocasionada, principalmente, pela diminuição dos preços praticados no mercado internacional do petróleo, naftas, óleos combustíveis, gasolina, gás natural e carvão.

Os principais fornecedores para o Brasil foram China (18,1%), Estados Unidos (15,6%) e Argentina (6,0%). Entretanto, apresentaram redução nas vendas: China (-9,2%), Estados Unidos (-17,9%) e Argentina (-21,0%).

No País, as regiões Nordeste (- US\$ 5.929,6 milhões) e Sudeste (- US\$ 2.174,7 milhões) registraram déficit no acumulado da balança comercial no semestre. As demais apresentaram saldo positivo: Centro Oeste (US\$ 6.977,8 milhões), Sul (US\$ 748,5 milhões) e Norte (US\$ 456,9 milhões).

O déficit apresentado pela região Nordeste resultou de exportações de US\$ 6.626,3 milhões e US\$ 12.555,9 milhões de importações. Pelo lado das exportações nordestinas, houve, entre janeiro e junho de 2015, decréscimo de 11,7% relativamente aos valores registrados em igual período do ano anterior.

As exportações de produtos industrializados participaram com 73,6% da pauta de exportações nordestinas e registraram queda de 16,0% no valor exportado nesse período. As vendas de produtos semimanufaturados cresceram 7,0%, devido, principalmente, ao aumento de receita de exportação de catodos de cobre (+US\$ 117,7 milhões), pasta química de madeira (+US\$ 125,8 milhões) e alumina calcinada (+US\$ 105,1 milhões). Quanto aos produtos manufaturados, o recuo de 28,5% foi devido à redução das vendas de óleos combustíveis (-US\$ 680,7 milhões). Por outro lado, os produtos básicos, que contribuíram com 25,2%, cresceram 6,1%, no período em análise, devido ao incremento das vendas de soja, mesmo triturada, exceto para sementeira (+US\$ 38,3 milhões), algodão simplesmente debulhado, não cardado nem penteado (+US\$33,34 milhões) e minérios de níquel e seus concentrados (+US\$ 39,5 milhões).

Tabela 1- Nordeste - Exportação por fator agregado - Jan-jun 2015/2014 - US\$ milhões FOB

Exportação por fator agregado	Jan-jun/2015		Jan-jun/2014		%
	Valor	(%)	Valor	(%)	
Básicos	1.667,0	25,2	1.570,9	20,9	6,1
Industrializados	4.877,6	73,6	5.804,2	77,3	-16,0
Semimanufaturados	2.196,8	33,2	2.053,6	27,4	7,0
Manufaturados	2.680,8	40,5	3.750,6	50,0	-28,5
Operações Especiais	81,7	1,2	131,4	1,8	-37,8
Total	6.626,3	100,0	7.506,5	100,0	-11,7

Fonte: Elaboração BNB/ETENE com dados de BRASIL (2015).

China (21,4%), Estados Unidos (11,9%), Argentina (8,5%) e Holanda (6,7%) são os principais destinos das vendas externas da Região. Entretanto, destes, apenas a China registrou acréscimo de 32,6% nas compras de produtos nordestinos. As exportações para os demais países retrocederam: Estados Unidos (-20,6%), Argentina (-14,3%) e Holanda (-41,0%).

Do lado das importações nordestinas houve retrocesso de 8,6% nas compras internacionais, no primeiro semestre de 2015 relativamente ao mesmo período do ano anterior. Todas as categorias de produtos apresentaram queda nos valores importados com des-

taque para combustíveis e lubrificantes: óleo diesel (- US\$ 1.137,6 milhões), outras gasolinas (- US\$ 236,8 milhões) e naftas para petroquímica (- US\$ 140,7 milhões).

Tabela 2 - Nordeste - Importação por categoria de uso - Jan-jun 2015/2014 - US\$ milhões FOB

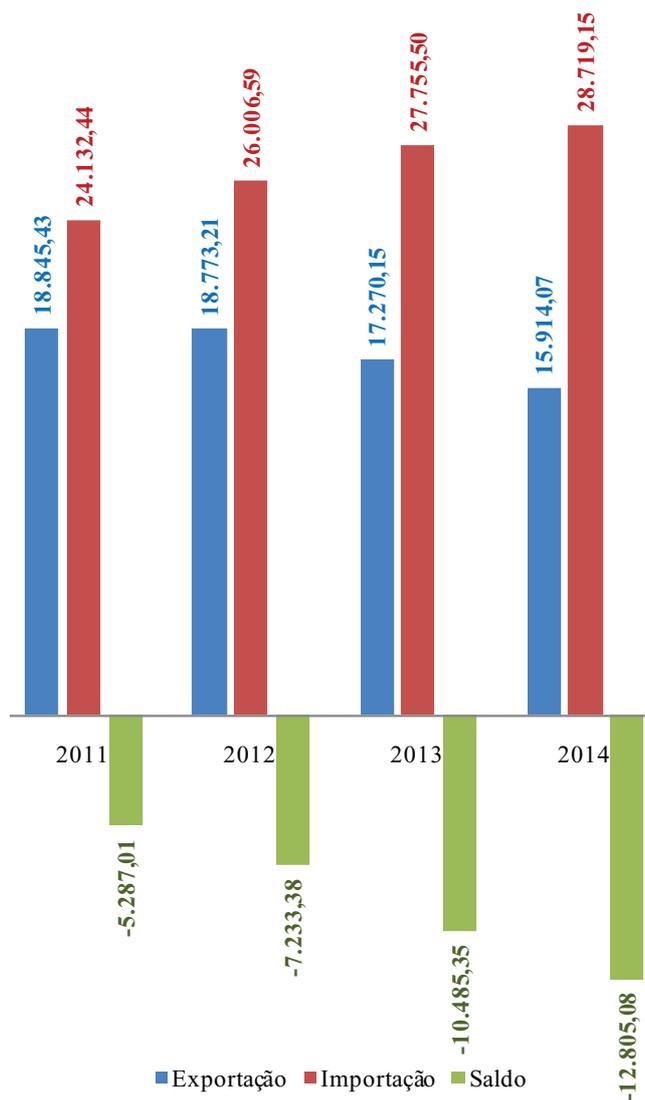
Importação por categoria de uso	Jan-jun/2015		Jan-jun/2014		(%)
	Valor	(%)	Valor	(%)	
Bens de capital	1.788,2	14,24	1.995,5	14,53	-10,38
Bens intermediários	4.224,8	33,65	4.430,7	32,26	-4,65
Bens de consumo	1.036,5	8,26	1.267,5	9,23	-18,22
Bens duráveis	558,9	4,45	723,0	5,26	-22,70
Bens não duráveis	477,6	3,80	544,5	3,96	-12,28
Combustíveis e lubrificantes	5.506,4	43,85	6.040,8	43,98	-8,85
TOTAL	12.555,9	100,00	13.734,4	100,00	-8,58

Fonte: Elaboração BNB/ETENE com dados de BRASIL (2015).

Os Estados Unidos (17,6%) representam a principal origem das compras externas do Nordeste, vindo em seguida a China (9,5%), Argentina (7,7%) e Índia (7,0%). Vale ressaltar que, no comparativo janeiro-junho de 2015 frente ao mesmo período de 2014, as compras adquiridas da Índia e da Argentina cresceram 18,1% e 6,8%, respectivamente, enquanto as aquisições originárias dos Estados Unidos (-40,8%) e China (-7,4%) retrocederam.

Dos estados nordestinos, Piauí (US\$ 93,0 milhões), Rio Grande do Norte (+US\$ 52,6 milhões) e Alagoas (+US\$ 8,5 milhões) registraram saldo positivo na balança comercial estadual no semestre. Os demais acumularam déficits: Bahia (-US\$ 1.093,8 milhões), Ceará (-US\$ 1.153,6 milhões), Maranhão (-US\$ 1.106,5 milhões), Paraíba (-US\$ 200,1 milhões), Pernambuco (-US\$ 2.445,3 milhões) e Sergipe (-US\$ 84,3 milhões).

Gráfico 1 - Balança Comercial do Nordeste - 2010-2015. US\$ milhões



Fonte: Elaboração BNB/ETENE com dados de BRASIL (2015).

Referências

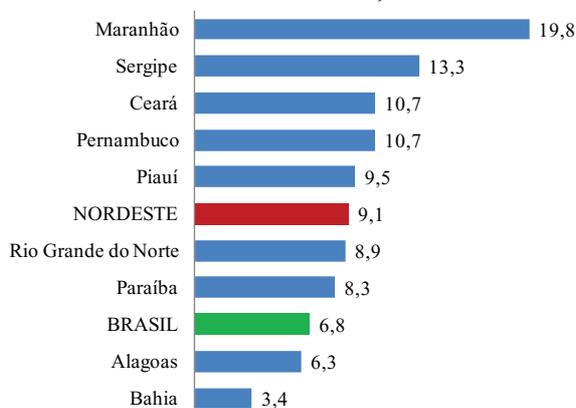
BRASIL (2015). Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. **Balança Comercial: Unidades da Federação**. Disponível em: <http://www.desenvolvimento.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=5&menu=1076>. Acesso em: 07. 07.2015.

5 - FINANÇAS PÚBLICAS

A arrecadação de tributos federais no Nordeste, nos cinco primeiros meses de 2015, atingiu R\$ 24,3 bilhões (exclusiva receita previdenciária), ocorrendo uma ampliação de 9,1%, em valores nominais, comparativamente a igual período do ano passado, sendo superior ao registrado em âmbito nacional (6,8%), conforme dados divulgados pela Receita Federal. Os maiores aumentos de arrecadação de tributos federais foram registrados no Maranhão (19,8%), Sergipe (13,3%), Ceará e Pernambuco (10,7%). No grupo dos quatro principais tributos, o incremento registrado no Nordeste superou a média brasileira, no caso do IPI (2,8%, ante 1,5%) e COFINS (9,4%, contra 4,4%). Entretanto, o aumento ocorrido na CSLL em nível nacional superou o índice da Região (1,4%, contra 0,2%).

A arrecadação do imposto de renda tanto no Brasil, quanto no Nordeste, apresentou a mesma taxa de crescimento nominal no acumulado do ano, 7,0%. A arrecadação pode ser considerada uma proxy para o nível de atividade econômica, de maneira que pode-se inferir que grande parte dos estados da Região vem apresentando crescimento econômico superior ao observado em nível nacional.

Gráfico 1 - Variação percentual da arrecadação dos tributos federais no Brasil e nos Estados do Nordeste (Janeiro-Maio/2015 - Janeiro-Maio/2014)



Fonte: Elaboração BNB/ETENE com dados de BRASIL (2015a).

râmetro da atividade econômica, dado sua estreita relação com o comércio e a produção industrial, de forma que é um indicador macroeconômico que segue a tendência de concentração da dinâmica econômica do País. Nessa perspectiva, de janeiro a abril, foram recolhidos R\$ 21,5 bilhões em ICMS no Nordeste, superando em 7,4% os valores obtidos em igual período do ano passado, acima da variação ocorrida em nível nacional (2,4%), consoante informação fornecida pelo CONFAZ. No âmbito estadual, os melhores resultados na arrecadação do referido tributo foram registrados no Piauí (13,1%) e Paraíba (10,3%). Vale ressaltar que todos os estados do Nordeste apresentaram performance superior ao Brasil em termos da arrecadação desse tributo. Assim, pode-se concluir que a atividade econômica da Região tem superado o ritmo de crescimento brasileiro, o que também é sinalizado pelas instituições de pesquisas estaduais, bem como por indicadores de atividade econômica regional e estaduais calculados pelo Banco Central.

Referências

BRASIL (2015a). Ministério da Fazenda. Receita Federal do Brasil. **Arrecadação**. Disponível em: <<http://idg.receita.fazenda.gov.br/dados/receitadata/arrecadacao>>. Acesso em: 07.07.2015.

____ (2015b). Ministério da Fazenda. Confaz. **Boletim do ICMS**. Disponível em: <<http://www1.fazenda.gov.br/confaz/boletim/>>. Acesso em: 10.07.2015.

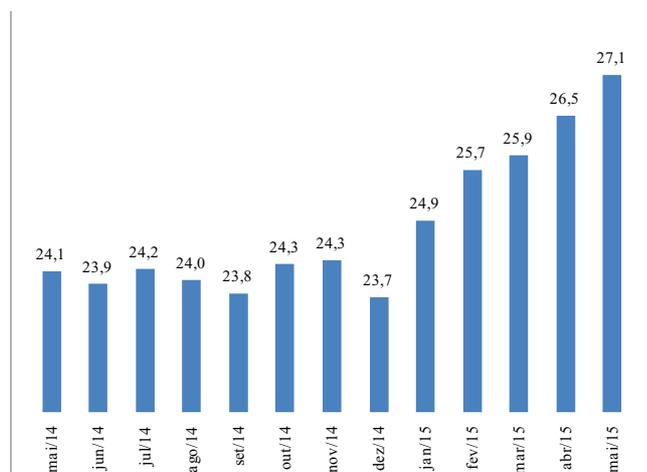
O ICMS também pode ser visto como um pa-

6 - SISTEMA FINANCEIRO

O Sistema Financeiro no Nordeste registrou, em maio de 2015, saldo das operações de crédito no montante de R\$ 391,6 bilhões, representando crescimento de 10,9%, quando comparado ao mesmo mês do ano anterior. Em nível nacional, o saldo das operações do sistema financeiro alcançou R\$ 3.081,9 bilhões, apontando elevação de 10,1%, na mesma base de comparação, o que por sua vez assinalou a relação crédito/PIB de 54,4%, conforme informações do Banco Central (2015). Nesse sentido, a expansão do crédito mantém a tendência de crescimento observada nos últimos anos, embora de forma mais moderada, com tendência de um ritmo sustentável no longo prazo.

As operações de crédito com recursos livres e direcionados registraram taxa média de juros de 27,1% ao ano, apontando alta de 3,0% em doze meses, sendo reflexo das elevações da taxa Selic no período, acompanhado da elevação do spread bancário, o que repercutiu especialmente na formação das taxas de juros em operações com recursos livres, que cresceu 5,9% nos últimos doze meses, chegando ao custo médio de 42,5% ao ano (BACEN, 2015).

Gráfico 1 - Taxa média de juros - período: maio de 2014 a maio de 2015



Fonte: Elaboração BNB/ETENE com dados do BACEN (2015).

Na área de atuação do Banco do Nordeste, de janeiro a maio, foram contratadas 205,8 mil operações

com recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste-FNE, injetando na economia regional R\$ 3,4 bilhões, registrando crescimento de 10,2% em valores contratados e 11,9% em número de operações de crédito. Dentre os programas de crédito operacionalizados pelo BNB, pode-se destacar o PRONAF, que no acumulado do ano até maio/2015, contratou 192,3 mil operações, desembolsando cerca de R\$ 941,2 milhões para a agricultura familiar, apresentando crescimento de 36,2% na concessão de crédito em relação ao mesmo período do ano anterior.

Ainda no contexto regional, no acumulado do ano de 2015, até o 2º bimestre, os empréstimos e financiamentos concedidos pelo BNDES alcançaram R\$ 8,5 bilhões, ocorrendo uma elevação de 28,1%, quando comparado ao mesmo período de 2014. Do referido montante, a maior parcela (78,6%) foi representada por operações realizadas diretamente pelo BNDES, ficando a parcela restante (21,4%) repassada a outras instituições financeiras, via operações FINAME (BRASIL, 2015).

Referências

BANCO CENTRAL DO BRASIL-BACEN (2015). **Economia e finanças: indicadores de conjuntura: gerenciador de séries temporais: economia regional: crédito.** Brasília, DF. Disponível em: < <https://www3.bcb.gov.br/sgspub/localizarseries/localizarSeries.do?method=prepararTelaLocalizarSeries>>. Acesso em: 03.07.2015.

BANCO DO NORDESTE DO BRASIL-BNB (2015). **Informações da área de controle financeiro.** Fortaleza.

BRASIL (2015). Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. **Empresas estatais: dados estatísticos: orçamento de investimento: dados anuais 2015: execução orçamentária: alínea "i" empréstimos e financiamentos.** Brasília, DF. Disponível em: < http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/Legislacao/Portarias/2014/140929_port_21_alinea_i_emprest.pdf>. Acesso em: 03.07.2015.

7 - ÍNDICE DE PREÇOS

O indicador oficial de inflação no Brasil, representado pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, continua mostrando sinais de alta, com perspectivas de registrar valor superior ao limite superior da meta (6,5%) neste ano de 2015, conforme margem estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional – CMN. No acumulado do ano, a inflação apurada de 6 meses registra 6,2%, segundo aponta dados do IBGE (2015).

No âmbito regional, a inflação do Nordeste no acumulado do ano de 2015 registrou 6,1%, apresentando índice menor do que o Brasil, mantendo trajetória de nível de preços inferior em comparação com o indicador nacional. O resultado da Região foi influenciado, sobretudo, pelo índice de Salvador (5,87%), Região Metropolitana que possui o maior peso no cálculo realizado pelo BNB/ETENE para o Nordeste. As Regiões Metropolitanas de Recife e Fortaleza apontaram elevação de preços de 6,19% e 6,43%, respectivamente, na mesma base de comparação.

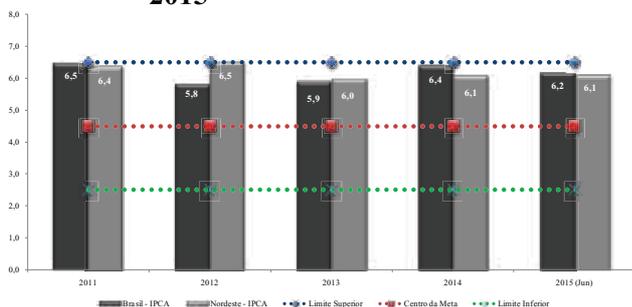
sar disso, o grupo Habitação é o que apresenta maior elevação em 2015, tanto em nível nacional, quanto na região Nordeste, sendo este influenciado diretamente pelo aumento de preços da energia elétrica residencial.

Tendo em vista a tendência de alta do dólar norte-americano, bem como pelo realinhamento de preços, em especial dos chamados preços administrados, a inflação tenderá a superar o centro da meta (4,5%) em 2015.

Referência

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE (2015). **Sistema nacional de índices de preços ao consumidor**. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/precos/inpc_ipca/defaultinpc.shtm. Acesso em: 15.07.2015.

Gráfico 1 – Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA no Brasil e Nordeste – 2011 a 2015



Fonte: Elaboração BNB/ETENE com dados do IBGE (2015).

Analisando os resultados do Nordeste de forma detalhada, observa-se que a Região apresentou indicadores abaixo do nível nacional em 4 dos 9 grupos pesquisados pelo IBGE. O melhor resultado nordestino vis-à-vis ao brasileiro foi em grande medida devido ao grupo Habitação, do qual possui o terceiro maior peso na composição do índice, haja vista a Região ter registrado 9,4%, ante 12,5% em nível nacional. Ape-

ANEXO A – PRINCIPAIS INDICADORES ECONÔMICOS: NORDESTE E BRASIL - 2015

Indicadores	Período	Unidade	Nordeste	Δ (%) ¹	Brasil	Δ (%) ¹
Agricultura						
Estimativa produção grãos ²	2014/15	Mil t	17.813,60	6,00	204.525,10	5,60
Estimativa área plantada grãos ²	2014/15	Mil ha	8.329,50	0,50	57.659,70	1,1
Estimativa produtividade grãos ²	2014/15	Kg/ha	2.139	5,50	3.547	4,50
Indústria						
Produção física industrial	Jan-Abril	Índice	92,9	-7,1	93,7	-6,3
Pessoal ocupado assalariado na indústria	Jan-Abril	Índice	-	-	95,2	-4,8
Folha de pagamento real na indústria	Jan-Abril	Índice	-	-	95,0	-5,0
Horas pagas na indústria	Jan-Abril	Índice	-	-	94,6	-5,4
Comércio						
Comércio varejista (volume de vendas)	Jan-Abril	Índice	97,4	-2,6	98,5	-1,5
Comércio varejista ampliado (volume de vendas)	Jan-Abril	Índice	95,9	-4,1	93,9	-6,1
Comércio Exterior (FOB)						
Exportações	Jan-Maio	US\$ milhões	5.322,9	-12,3	74.700,7	-17,1
Importações	Jan-Maio	US\$ milhões	10.847,7	-7,1	77.006,6	-18,9
Crédito						
Saldo das operações de crédito ³	mai/15	R\$ milhões	390.043,0	13,3	3.060.056,0	11,2
Saldo dos depósitos bancários ³	mai/15	R\$ milhões	10.110,2	10,6	11.384,9	7,6
BNB - Saldo das operações de crédito (BNB + FNE)	Jan-Maio	R\$ milhões	2.111,0	64,0	2.268,9	64,0
BNB - Contratações FNE	Jan-Maio	R\$ milhões	1.978,5	66,0	2.120,1	64,0
BNB - Contratações do PRONAF	Jan-Maio	R\$ milhões	464,1	28,0	524,6	27,0
BNB - Contratações do CrediAmigo	Jan-Maio	R\$ milhões	1.692,4	19,3	1.775,8	19,5
BNDES + FINAME (emprést. e financ. concedidos)	Jan-Abril	R\$ milhões	87.571,9	21,0	833.117,9	15,8
Taxa inadimplência operações de crédito ⁴	mai/15	%	3,43 ⁵	3,59 ⁶	2,82 ⁵	2,89 ⁶
Finanças Públicas						
Arrecadação de impostos federais ⁷	Jan-Maio	R\$ milhões	24.357,8	9,1	352.069,2	6,8
Arrecadação de ICMS	Jan-Dez	R\$ milhões	21.513,6	7,4	128.179,6	2,4
Emprego						
			Em 2015	Em 2014	Em 2015	Em 2014
Saldo emprego formal na indústria	Jan-Maio	Mil	-23,57	-66,37	10,92	78,55
Saldo emprego formal na construção civil	Jan-Maio	Mil	-27,62	0,32	-50,97	82,45
Saldo emprego formal no comércio	Jan-Maio	Mil	-21,63	-11,08	-123,43	-55,94
Saldo emprego formal nos serviços	Jan-Maio	Mil	7,18	56,19	106,80	346,22
Saldo emprego formal agropecuário	Jan-Maio	Mil	-11,51	-9,03	-5,52	67,46
Saldo total do emprego formal	Jan-Maio	Mil	-73,57	-28,61	-50,35	543,23
Taxa média de desocupação em Recife ⁸	mai/15	%	8,5	7,2	-	-
Taxa média de desocupação em Salvador ⁸	mai/15	%	11,3	9,2	-	-
Taxa média de desocupação no Brasil ⁸	mai/15	%	-	-	6,7	4,9

Fontes: BACEN, BNB, CONAB, CONFAZ, IBGE, MDIC, MF, MTE e MP.

Notas:

- (1) Variação em relação a igual período do ano anterior. Para os indicadores monetários, as variações apresentadas são nominais.
- (2) Inclui os produtos caroço de algodão, amendoim (1ª. e 2ª. safras), arroz, aveia, centeio, cevada, feijão (1ª, 2ª, e 3ª. safras), girassol, mamona, milho (1ª. e 2ª. safras), soja, sorgo, trigo e triticale. 9º Levantamento CONAB.
- (3) Valores de variação do ano safra 2014/2015 sobre o ano safra 2013/2014.
- (4) Saldo das operações de crédito no Nordeste, com valor superior a R\$ 5 mil, realizadas pelos bancos múltiplos, bancos comerciais, Caixa Econômica Federal, bancos de investimento, companhias hipotecárias, agências de fomento e sociedades de arrendamento mercantil. Os saldos dos depósitos referem-se apenas aos bancos comerciais e aos bancos múltiplos, com carteira comercial e Caixa Econômica, no Nordeste e no Brasil.
- (5) Nova taxa de inadimplência exclui as operações de cartão de crédito – compras à vista – do total do crédito.
- (6) Em março de 2015;
- (7) Em março de 2014;
- (8) Não inclui receita previdenciária;
- (9) A taxa média de desocupação é dada pela relação população desocupada/população economicamente ativa.

Observações:

Por se tratar de trabalho de curto prazo, alguns indicadores apresentam valores provisórios, segundo as próprias fontes oficiais. A produção industrial do Nordeste corresponde aos resultados de todos os estados da Região, e não apenas do CE, PE e BA. As variações para o Nordeste, do comércio varejista e comércio varejista ampliado foram estimadas a partir da agregação do índice de volume de vendas de cada Estado, ponderada pela participação da receita bruta de revenda de cada Estado, na receita bruta da Região, divulgada na Pesquisa Anual do Comércio de 2010, do IBGE. O saldo das operações de crédito ou de depósitos bancários corresponde à diferença entre entrada e saída de recursos. É uma variável de estoque e pontual, uma vez que é apurada em uma determinada data. A taxa de inadimplência corresponde ao valor das operações bancárias vencidas há mais de 90 dias sobre o total dos empréstimos. Contratações e desembolsos de operações de crédito correspondem a uma variável fluxo, significando uma injeção de recursos adicionais, num determinado período de tempo. O saldo do emprego formal corresponde à diferença entre admissões e desligamentos, podendo o mesmo assumir valores positivos ou negativos.

ANEXO B – VALORES ABSOLUTOS

Indicadores	Período	Estados do Nordeste								
		MA	PI	CE	RN	PB	PE	AL	SE	BA
Agricultura										
Estimativa produção grãos ² (Mil toneladas)	2015/15	4.281,20	3.347,30	589,5	43	53,4	178	69,8	1.122,70	8.128,70
Estimativa área plantada grãos ² (Mil hectares)	2015/15	1.712,90	1.415,00	910,4	80,6	165,1	489,4	83,4	265,9	3.206,80
Estimativa produtividade de grãos ² (kg/hectare)	2015/15	2.499,00	2.366,00	648	533	323	364	837	4.222,00	2.535,00
Indústria Em número índice										
Produção física industrial	Jan-Abril	-	-	91,8	-	-	99,7	-	-	87,7
Comércio Em número índice										
Comércio varejista (volume de vendas)	Jan-Abril	114,3	102,9	110,1	110,9	103,2	105,8	109,6	107,7	103,7
Comércio varejista ampliado (volume de vendas)	Jan-Abril	109,5	101,7	102,4	107,7	96,4	100,4	107,2	101,4	98,3
Comércio Exterior (FOB) US\$ milhões										
Exportações	Jan-Maio	1181,5	100,0	399,0	85,8	63,9	300,1	291,0	27,2	2.874,5
Importações	Jan-Maio	2.302,5	67,9	1476,1	76,2	240,0	2434,1	253,7	94,6	3.902,7
Crédito US\$ milhões										
Saldo das operações de crédito ³	mai/15	36.235,0	17.760,0	61.270,0	28.867,0	25.668,0	72.573,0	19.966,0	17.534,0	111.795,0
Saldo dos depósitos bancários ³	mai/15	422,7	313,0	5.966,7	529,5	374,1	974,1	168,0	315,7	1.416,4
BNB - Saldo das operações de crédito (BNB + FNE)	Jan-Mar	6.011,6	4.471,8	11.355,4	3.792,5	2.998,2	8.319,4	2.650,6	2.565,3	11.501,5
BNB - Contratações FNE	Jan-Maio	321,2	207,7	860,2	154,9	193,9	365,3	179,8	129,3	817,1
BNB - Contratações do PRONAF	Jan-Maio	90,5	93,1	129,3	53,1	76,1	107,9	51,5	41,0	198,0
BNB - Contratações do CrediAmigo	Jan-Maio	374,2	347,0	927,3	186,2	246,9	221,3	164,8	148,3	376,5
BNDES + FINAME (emprést. e financ. concedidos)	abr/15	809,4	555,7	1.408,4	820,0	419,1	2.551,8	254,2	262,8	5.402,3
Finanças Públicas US\$ milhões										
Arrecadação de impostos federais ⁷	Jan-Maio	2.080,2	776,2	4.395,8	1.293,5	1.421,1	6.425,2	656,5	912,0	6.251,8
Arrecadação de ICMS	Jan-Abril	1.580,4	1.054,3	3.172,0	1.534,1	1.534,9	4.345,9	1.059,3	956,6	6.276,2
Emprego US\$ milhões										
Saldo emprego formal na indústria	Jan-Maio	-9,25	0,80	-13,31	-7,74	-12,33	-63,12	-24,95	-6,01	-16,44

Fontes: BACEN, BNB, CONAB, CONFAZ, IBGE, MDIC, MF, MTE e MP.

Nota:

(1) Variação em relação a igual período do ano anterior. Para os indicadores monetários, as variações apresentadas são nominais.

Observações:

As notas da Tabela 1 aplicam-se também nesta tabela, para os respectivos indicadores.

ANEXO C – VALORES DOS PRINCIPAIS INDICADORES (%)

Indicadores	Período	Estados do Nordeste										Nordeste	Brasil	
		MA	PI	CE	RN	PB	PE	AL	SE	BA				
Agricultura													(%)	
Estimativa produção grãos ²	2014/15	-0,5	20,5	3,0	12,3	-8,1	-5,8	3,9	-0,1	5,9	6,0	5,6		
Estimativa área plantada grãos ²	2014/15	-3,2	1,9	-1,2	16,8	6,3	1,5	2,7	-0,2	1,7	0,5	1,1		
Estimativa produtividade grãos ²	2014/15	2,8	18,2	4,3	-3,9	-13,5	-7,2	1,1	0,1	4,2	5,5	4,5		
Indústria													(%)	
Produção física industrial	Jan-Abril	-	-	-8,2	-	-	-0,3	-	-	-12,3	-7,1	-6,3		
Comércio													(%)	
Comércio varejista (volume de vendas)	Jan-Abril	-3,5	-1,5	-1,9	0,3	-6	-2,7	-3,1	4,6	-3,5	-2,6	-17,1		
Comércio varejista ampliado (volume de vendas)	Jan-Abril	-1,4	-4,3	-3,3	-0,6	-9,8	-4,1	-4,4	-0,1	-5,3	-4,1	-18,9		
Comércio Exterior (FOB)													(%)	
Exportações	Jan-Maio	41,2	67,6	-18,3	-7,8	-14,4	-30,6	-20,4	-19,0	-22,0	-12,3	-17,1		
Importações	Jan-Maio	-17,3	-45,8	20,7	-6,9	-14,4	-24,8	14,2	1,2	7,3	-7,1	-18,9		
Crédito													(%)	
Saldo das operações de crédito ³	mai/15	13,8	17,2	17,1	10,1	15,0	8,8	9,1	7,0	7,6	10,9	10,1		
Saldo dos depósitos bancários ³	mai/15	28,3	13,5	13,8	18,2	-14,3	3,4	17,7	3,3	25,2	13,2	11,9		
BNB - Saldo das operações de crédito (BNB + FNE)	Jan-Maio	13,0	16,2	20,7	8,7	13,5	12,8	21,1	11,5	9,7	14,0	14,9		
BNB - Contratações FNE	Jan-Maio	3,1	-26,9	196,6	-5,0	14,9	-53,2	13,2	-4,4	20,6	8,8	10,2		
BNB - Contratações do PRONAF	Jan-Maio	19,2	46,6	37,9	35,0	39,1	41,2	33,0	37,8	36,5	36,2	36,2		
BNB - Contratações do CrediAmigo	Jan-Maio	17,0	22,4	14,9	15,5	16,9	21,9	19,4	28,9	17,3	17,9	18,2		
BNDES + FINAME (emprést. e financ. concedidos)	Jan-Abril	-14,7	80,7	104,5	65,6	48,7	52,0	63,5	79,4	172,3	86,7	-13,0		
Taxa inadimplência operações de crédito ⁴	mai/15	3,9	3,5	3,0	3,4	3,7	4,0	5,5	4,0	3,9	3,8	3,0		
Finanças Públicas														
Arrecadação de impostos federais ⁷	Jan-Maio	19,8	9,5	10,7	8,9	8,3	10,7	6,3	13,3	3,4	9,1	6,8		
Arrecadação de ICMS	Jan-Abril	6,7	13,1	5,7	9,0	10,3	6,0	7,4	5,0	7,8	7,4	2,4		
N. variações acima média Nordeste	...	13	14	13	12	12	13	12	11	13	14	12		
N. variações abaixo média Nordeste	...	3	3	7	3	4	7	4	5	8	6	9		

Fontes: BACEN, BNB, CONAB, CONFAZ, IBGE, MDIC, MF, MTE e MP.

Nota:

(1) Variação em relação a igual período do ano anterior. Para os indicadores monetários, as variações apresentadas são nominais.

Observações:

As notas da Tabela 1 aplicam-se também nesta tabela, para os respectivos indicadores.

... Informações inexistente ou desconhecida.



**Contato: Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste -
ETENE. Av. Dr. Silas Munguba 5.700, Bloco A2 térreo, CEP.: 60.743-
902, Fortaleza, Ceará. Fone: (85) 3299.3455, 3299.5544, 3251. 5544**